“Sou contra qualquer tipo de covardia”

Mourão condena a agressão a jornalista por ato bolsonarista

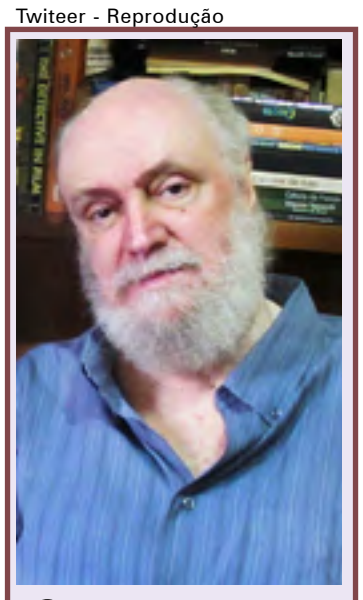
HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.755 6 a 12 de Maio de 2020

Antonio Cruz - ABr

Bolsonaro endossou ataque durante ato contra democracia

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, classificou de “covardia” as agressões sofridas por jornalistas nas manifestações pró-governo no domingo (3), em Brasília. Ao ser questionado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre o episódio, Mourão respondeu: “Sou contra qualquer tipo de covardia e agredir quem está fazendo seu trabalho não faz parte da minha cultura”. Insuflados por Bolsonaro após as denúncias de Sérgio Moro, bolsonaristas agrediram repórteres da Globo, do Estadão e da Folha durante carreata da morte. **P. 3**

Twiteer - Reprodução



Covid leva o grande poeta Aldir Blanc

O poeta maior Aldir Blanc nos deixou na madrugada desta segunda-feira (4), aos 73 anos, vítima do Covid-19. Suas letras geniais, que tão bem definem a complexidade humana e social, e misturam o sonho e a realidade, o sofisticado romantismo à mais escrachada visão popular da vida, “frio em minha alma” com “Band-aid no calcanhar”, humor e doçura, nos deixa o legado, nesse nosso Brasil tão fértil de grandes compositores, de um dos maiores de todos os tempos. A obra musical de Aldir Blanc é vasta e seu repertório passa por preciosidades feitas em parceria com dezenas de músicos, mas alguns encontros de vida, como com João Bosco, Elis Regina e Moacyr Luz, foram marcantes. **Pág. 4**

STF, governadores, partidos repudiam discurso golpista

Hugo Barreto - Metrópoles

Na porta do Palácio, sob a bandeira de outro país, atenta contra a quarentena, STF, Congresso e a democracia

“Num país onde se admite agressões morais e físicas contra a imprensa, a democracia corre grave riscos”, afirmou o ministo do Supremo Tribunal federal (STF) Luiz Fux. Outros ministros do STF, como Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Luis Roberto Barroso, Alexandre de Moares, também repudiaram a agressão. Para o governador de São Paulo, João Doria, “a Justiça precisa punir esses criminosos”. Os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e do Maranhão, Flávio Dino, também condenaram a atitude de Bolsonaro. “Alimentar o caos é o único plano de governo do presidente”, disse Witzel. **Pág. 3**

“É inaceitável”, diz o Ministério da Defesa sobre as agressões

“Qualquer agressão a profissionais de imprensa é inaceitável”, declarou, em nota oficial, o Ministério da Defesa. A nota reafirma o compromisso das Forças Armadas de estar “ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade” e aponta para a gravidade da pandemia, “de consequências sanitárias e sociais ainda imprevisíveis, que requer esforço e entendimento de todos”. **P. 3**

Mais de 7.200 mortes e 105 mil casos confirmados de Covid-19

Dois meses e oito dias após o primeiro caso confirmado, o Brasil chegou a 7.288 mortes pelo novo coronavírus e 105.222 registros da Covid-19, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde nesta segunda-feira (4). Segundo o governo, foram 263 novas mortes confirmadas nas últimas 24 horas, além de 4.075 novos casos. Em Manaus, onde o sistema de saúde entrou em colapso, explodiu o número de pessoas que morrem em casa (foto). **Página 4**

AFP

SP torna uso de máscara obrigatório

O uso de máscaras na rua será obrigatório em São Paulo, a partir do dia 7 de maio, anunciou o governo do Estado. A medida valerá para todo o Estado, em um esforço para frear a disseminação da Covid.

Após saída de Moro, rejeição a Jair Bolsonaro cresce 7 pontos

A rejeição ao governo de Jair Bolsonaro saltou sete pontos percentuais depois do pedido de demissão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, segundo pesquisa XP/Ipespe, divulgada segunda-feira (4). A avaliação negativa do governo pulou de 42% para 49%, a sondagem anterior saiu dia 24 de abril. **P. 3**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

De 253 bilhões autorizados, governo só gastou 60 bi

Pág. 2

De 253 bi autorizados, governo só gastou 60 bi contra Covid-19

Reprodução Ministério da Economia

TIPO	BOLSA FAMÍLIA	CADUNICO	APP/SITE	TOTAL
Aprovados	19,2 milhões	10,5 milhões	20,4 milhões	50,1 milhões
Inelegíveis	0,7 milhões	13,3 milhões	12,1 milhões	26,1 milhões
Inconclusivos		3,1 milhões	12,4 milhões	12,4 milhões
Primeira análise			5,2 milhões	5,2 milhões
CADASTROS	19,9 milhões	26,9 milhões	50,1 milhões	96,9 milhões

Reprodução CEF

Além da enrolação para o recurso chegar na ponta, como alertam governadores, prefeitos e empresários, a nação enfrenta a campanha criminosa de Bolsonaro contra a quarentena

O governo federal divulgou na sexta-feira (1/5), através da Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia, que desembolsou apenas R$ 59,9 bilhões de um total de RS 253 bilhões autorizados até o momento para o combate ao coronavírus.

Dos R$ 59,9 bilhões, a maior parte se refere ao auxílio emergencial de R$ 600 reais para os beneficiários do Bolsa Família e do Cadastro Único e para os trabalhadores informais, MEI e contribuintes individuais.

Segundo a Caixa Econômica Federal, desde o dia 9 de abril, quando teve início o pagamento do Auxílio Emergencial de R$ 600, até sexta-feira (1/5) foram creditados R$ 35,6 bilhões para 50 milhões de brasileiros. Até a data do dia 30 de abril foram processados um total de 96,9 milhões de cadastros pela Dataprev.

Na coletiva virtual onde divulgou as "ações de enfrentamento à Covid-19", o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, declarou que a ação do governo Bolsonaro foi "célere", "focada".

Tão "célere" que após um mês do anúncio do auxílio emergencial milhões de brasileiros ainda estão enfrentando filas e mais filas para receber a ajuda. Ao contrário da celeridade na ajuda ao sistema financeiro, que recebeu uma injeção imediata de recursos da ordem de R$ 1,3 trilhão.

Celeridade reclamada também por pequenos e médios empresários que não conseguem ter acesso ao crédito para fazer frente à queda no faturamento e pagar seus funcionários.

Com a enrolação em liberar o recurso que deveria garantir que as famílias tivessem uma renda mínima durante a quarentena, necessária para salvar vidas segundo a orientação da Organização Mundial da Saúde, milhões de brasileiros são lançados às ruas exatamente no momento em que o Brasil atinge a maior taxa de contágio do mundo. E ainda não atingimos o pico da doença.

Da mesma forma, o atraso na ajuda a estados e municípios está levando ao colapso os hospitais públicos que estão no limite em número de leitos, UTIs e servidores, entre médicos, enfermeiros e auxiliares, que frente ao descaso também estão sendo atingidos pelo vírus.

Além da demora dos recursos chegarem na ponta, como alertam governadores, prefeitos e empresários, a nação enfrenta a campanha aberta e criminosa de Bolsonaro contra o isolamento social.

Em carta encaminhada ao ministro da Saúde, Nelson Teich, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, afirma: "As diretrizes estipuladas pela Organização Mundial da Saúde, que preconizam o isolamento dos casos e o distanciamento social, são as principais ações para conter o aumento do número de vítimas e não sobrecarregar o sistema de saúde. Portanto, é fundamental que a população se sinta amparada e possa ouvir uma voz uníssona que reforce essas diretrizes, assumindo uma conduta única, em consonância com o que os cientistas de todo mundo pregam. Ainda não atingimos o pico da epidemia e o número de vítimas fatais continua em ascensão vertiginosa. Se nada for feito nos próximos dias, os pronunciamentos do MS se resumirão a informar o número de mortos".

Senado amplia ajuda emergencial a estados e municípios e proposta volta para a Câmara

O Senado aprovou praticamente por unanimidade, no sábado (2), em sessão remota, o projeto de lei que estabelece uma ajuda financeira emergencial no valor de R$ 60 bilhões a estados e municípios durante a pandemia do novo coronavírus. A matéria volta a ser analisada e votada pela Câmara dos Deputados.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, destacou a importância do projeto para garantir recursos aos entes federados, cuja arrecadação está em queda. Ele considerou a proposta aprovado pelo Senado um avanço, já que inicialmente o Executivo, que não queria "dar nenhum real", chegou a atacar os deputados por votarem uma proposta de ajuda financeira aos estados e municípios.

A proposta aprovada pela Câmara dos Deputados estipulava a cobertura pela União das perdas de receitas de ICMS e ISS de estados e municípios provocadas pela pandemia. A estimativa dos deputados é que esse valor chagaria a R$ 80 bilhões em seis meses. A proposta do governo era de R$ 22 bilhões. O resultado final no Senado não agradou governadores e prefeitos que, pela urgência da liberação de recursos, tendem a aceitar a proposta, mas, já deixam certo que vão retomar as negociações mais à frente.

O governo federal, que vinha insistindo em sua política restritiva e pró-rentismo, desceu críticas à proposta da Câmara, chamando-a de "pauta bomba" e cheque em branco. Além de mitigar o valor da ajuda emergencial, o governo ainda exigia o congelamento de salários de servidores públicos por dois anos. Os governadores e prefeitos alertaram a equipe e econômica do governo para a gravidade da situação.

Vários estados estão com seu sistema de saúde entrando em colapso e com queda de arrecadação. Rodrigo Maia chegou a lembrar ao governo que "somente a União pode emitir moeda e, portanto, só ela pode resolver este problema".

Pressionados, Bolsonaro e Guedes apresentaram uma proposta de liberação de, segundo eles, R$ 40 bilhões. No entanto, Maia explicou que o valor real para cobrir as perdas de receitas na proposta do governo era de R$ 22 bilhões, já que a diferença referia-se a outros programas que não representavam reposição de perda de receitas.

Em carta, 25 governadores alertaram o Senado de que a proposta do governo era completamente insuficiente para enfrentar a crise provocada pela pandemia. A Frente Nacional de Prefeitos também se posicionou a favor da proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

Os senadores derrotaram a intransigência do governo e aprovaram uma proposta que aproxima o valor final da proposta original dos deputados. Os deputados queriam definir a reposição de acordo com as perdas, com o valor podendo chegar a R$ 80 bilhões em seis meses. A proposta aprovada foi de um valor fixo de ajuda de R$ 60 bilhões por quatro meses para cobrir as perdas de arrecadação.

Além desse valor, os senadores obrigaram o governo federal a suspender a cobrança das dívidas de estados e municípios com bancos públicos. Essa decisão significa uma injeção de R$ 60 bilhões ao caixa de estados e municípios. São R$ 49 bilhões de economia com a suspensão do pagamento de dívidas com a União e bancos, como BNDES e Caixa e R$ 10,6 bilhões de economia potencial com a renegociação de contratos com organismos internacionais;

Os senadores modificaram também os critérios de distribuição dos recursos ficando R$ 30 bilhões para estados e R$ 20 bilhões para municípios e R$ 10 bilhões serão destinados a ações na área da saúde e assistência social. R$ 7 bilhões serão repassado aos estados. O critério de divisão será uma fórmula que considera taxa de incidência da Covid-2019 (40% de peso) e população (60% de peso); R$ 3 bilhões aos municípios. O critério de distribuição será o tamanho da população. A proposta inicialmente determinava que os outros R$ 50 bilhões seriam entregues metade para estados e ao Distrito Federal, metade para os municípios.

Os senadores aprovaram ainda que não haverá reajuste de salários até 31 de dezembro de 2021 para servidores públicos. mas, diferente do que exigia o governo Bolsonaro, os servidores civis e militares dos estados, do Distrito Federal e municipais das áreas de saúde e de segurança pública, além dos integrantes das Forças Armadas, diretamente envolvidos no combate à pandemia, não terão salários congelados. A liberação do reajuste salarial a esses profissionais atendeu ao apelo de diversos partidos e foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que foi relator do projeto. Como houve modificação, a proposta agora volta à Câmara dos Deputados.

Desemprego sobe no 1º trimestre e atinge 12,9 milhões de brasileiros

Quando a pandemia do novo coronavírus começou a se alastrar pelo país, o Brasil já contava com 12,9 milhões de desempregados. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua) divulgada hoje (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que se referem ao desemprego do trimestre encerrado em março – que coincide com as medidas restritivas tomadas por governadores e prefeitos para contenção da epidemia.

Sobre o último trimestre de 2019, o registro representa um aumento de 1,3 ponto percentual – ou 1,2 milhão de pessoas a mais na fila do desemprego. Ou seja, antes mesmo de a pandemia se tornar catastrófica para trabalhadores formais e informais, a falta de trabalho já vinha subindo como consequência da política econômica do primeiro ano de governo de Bolsonaro.

Assim como o Produto Interno Bruto que se arrasta em torno de 1%, desde a grande recessão de 2014-2016, a taxa de desemprego, que bateu o teto de 12% em 2016, não sai do patamar em torno de 11%, resultado do final de 2019. No primeiro ano de governo Bolsonaro, o PIB cresceu 1,1%, menos do que cresceu a economia nos anos 2017 e 2018, ambos 1,3%.

Ainda que Paulo Guedes, o ministro da Economia de Bolsonaro, inicie suas intervenções dizendo que "o país estava decolando quando foi atingido pela onda do coronavírus", os números são trágicos e vêm se agravando. E o ministro continua dizendo, assim como Bolsonaro considera a pandemia "uma gripezinha", que sua política de devastação nacional – de ajuste fiscal, reformas estruturantes, privatizações e teto de gastos nos recursos para educação e saúde – é a saída para o país enfrentar a crise econômica agravada pela pandemia.

Queda generalizada

De acordo com os pesquisadores do IBGE Adriana Beringuy e Cimar Azeredo, os efeitos da pandemia tem participação no aumento do desemprego apenas a partir da segunda quinzena de março. Isso significa que os meses de janeiro e fevereiro, além da metade de março, não podem ser colocados na conta da crise sanitária.

"Foi uma queda disseminada nas diversas formas de inserção do trabalhador, seja na condição de trabalhador formal ou informal", disse Beringuy.

População ocupada: maior recuo da série histórica

A pesquisa antecedente à crise também registrou o maior recuo da série histórica na população ocupada, que caiu 2,5% no trimestre encerrado em março. Isso representa, em números, 2,3 milhões de pessoas, sendo 1,9 milhão desses trabalhadores informais. O número não é igual ao dos que perderam o emprego no período porque a metodologia do IBGE considera desocupado apenas aqueles que buscaram emprego nos 30 dias antecedentes à pesquisa.

Já o trabalho informal, que vinha batendo recordes durante todo o ano passado, chegou a contabilizar 36,8 milhões de pessoas em março – o que representa 39,9% da força de trabalho do país. Ou seja, esse é o universo de pessoas que já entraram na crise sem nenhum tipo de renda. O socorro a essas famílias veio tardiamente e dificultado pelo governo com auxilio emergencial de R$ 600 aprovado pela Congresso Nacional em meados de abril, que ainda não chegou a todos os que precisam. O número de pessoas que não estavam em nenhum cadastro do governo e se inscreveram para receber o auxílio se aproxima de 50 milhões de pessoas.

Para os trabalhadores formais que perderam seus empregos e renda antes ou depois da crise, o drama é a fila do seguro desemprego.

Cerca de 200 mil trabalhadores que perderam o trabalho entre março e a os primeiros quinze dias de abril ainda não conseguiram solicitar o benefício por dificuldade de acesso aos cadastros virtuais do Ministério do Trabalho, segundo dados do próprio governo. Para especialistas, esse número deve ser ainda maior.

Guedes está na contramão do mundo, afirma economista

"Essa crise nos dá a oportunidade de enterrar esta ortodoxia liberal, fiscalista, que vem impondo barreiras institucionais ao aumento do investimento público", afirmou o economista José Luiz Oreiro, professor do departamento de economia da Universidade de Brasília (UnB), em webconferência promovida pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sobre "o Efeito da COVID-19 na economia brasileira".

Para Oreiro, a política econômica de Paulo Guedes, ministro da Economia, "já estava na contramão do resto do mundo, antes da pandemia".

Segundo ele, diversos países já estavam dando sinais de abandono às políticas fiscais de austeridade e rediscutindo o papel do Estado para estimular a atividade econômica.

"É fundamental, para que nós podemos lidar com um mundo pós pandemia, que seja revogada a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos públicos", defendeu o economista.

"Nós aqui no Brasil estávamos na discussão errada. Enquanto estavam rediscutindo o papel do Estado e da política fiscal nos países desenvolvidos, caso Estados Unidos e países da Europa, o Guedes estava com uma agenda, totalmente na contramão do resto do mundo, além de ultrapassada", disse Oreiro, afirmando que "o raciocínio do Guedes é tosco".

Oreiro destacou que agendas liberais, como a de Guedes, já estavam em declínio antes da pandemia e com a atual crise chegará ao grande final, no sentido que às políticas que vão ser adotadas em todos os países do mundo, para lidar com os efeitos da crise do coronavírus, vão ser financiadas pelo Estado, através de grandes obras de infraestrutura, o que é totalmente contrário ao que o liberalismo defende.

"Depois de passado os efeitos da pandemia, que nós não sabemos quanto tempo irá durar, o fato é que as economias irão estar muito debilitadas, ou seja, vão estar com um problema crônico de insuficiência de demanda. Neste contexto, o Estado vai ter que fazer grandes projetos de obras de infraestrutura, para poder ativar a demanda agregada e gerar empregos", defendeu o economista.

Oreiro também disse que antes da pandemia, governos – como, o norte-americano e o japonês, por exemplo – já estavam criando medidas para trazer de volta empresas aos seus países, e que depois da crise, esses governos também criaram medidas que proíbem a emigração de empresas nacionais para outros países.

Em abril, o governo do Japão anunciou que estaria disposto a gastar mais de US$ 2 bilhões para que empresas japonesas, que estão na China, topem transferir suas produções de volta ao Japão. Também após a pandemia do coronavírus, a Alemanha bloqueou a compra de empresas alemãs por companhias estrangeiras, com o objetivo de conter prejuízos na sua economia. Já a França e Itália debatem estatizar empresas para impedir que companhias nacionais quebrem ou que sejam compradas por especuladores estrangeiros, que aproveitam a atual fragilidade destas empresas para abocanhá-las.

Oreiro afirmou que esse movimento dos países desenvolvidos para conter os efeitos da Covid-19 em suas economias faz com que a chamada globalização dê vários passos para trás, o que vai afetar o ritmo do comércio mundial. Nesta conjuntura, Oreiro vê uma oportunidade para o Brasil começar a sua reindustrialização, abandonar a austeridade fiscal e elevar o investimento público.

"É o que diz a experiência histórica, o que diz a experiencia empírica, de que sem indústria não há possibilidade de desenvolvimento econômico. Um País que é apenas vendedor de comodities agrícolas ou minerais, ou seja, soja e minério de ferro, não vai gerar emprego e renda em quantidade suficiente para 210 milhões de pessoas. Sem indústria o Brasil não retoma a sua trajetória de desenvolvimento", destacou.

ANTONIO ROSA

Saab sueca adquire brasileira Atmos

O anúncio da desnacionalização em 100% da empresa Atmos sistemas, com sede em São Paulo, é mais um duro golpe contra a economia nacional e a independência tecnológica do Brasil, neste caso no âmbito de radares para aeronáutica e metereológicos, bem como aviônicos (sistemas tecnológicos embarcados em uma aeronave).

A sueca Saab, escolhida pelo governo federal em 2014 para renovar a frota de caças da Força Aérea Brasileira (FAB) através da aquisição de 36 caças Gripen, comprou a Atmos Sistemas. O contrato foi celebrado no dia 6 de abril e deve ser concretizado nas próximas horas.

O valor do negócio – realizado em plena pandemia, com os preços das empresas desabando e os países entrando em recessão – não foi anunciado. Alguns governos, entre eles da Alemanha e França, anunciaram injeção de recursos em defesa das empresas nacionais. A Alemanha bloqueou a compra por estrangeiros e a França acenou com a estatização das empresas.

A "nova" ATMOS deverá ser responsável pela manutenção de radares dos caças Gripen, mas também tem o objetivo de atender a clientes civis e militares, no Brasil e no exterior, diz a Saab. O primeiro caça deverá ser entregue no ano que vem e o último está previsto para o ano 2026.

A brasileira Atmos é uma empresa altamente capacitada em eletrônica, incluindo o desenvolvimento, modernização, manutenção e reengenharia de sistemas críticos. Atua também em programas de absorção de tecnologia (Off-Set) em projetos estratégicos e de interesse do Governo Brasileiro.

É uma indústria de tecnologia de ponta na produção de softwares e equipamentos com certificação junto ao Ministério da Defesa como Empresa Estratégica de Defesa (EED).

A Atmos realiza a manutenção das nove estações de radares meteorológicos pertencentes ao CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Foi responsável pela recuperação de um radar de fabricação norte-americana que ficou inativo no Centro de Lançamento de Alcântara, mantido e operado pela FAB. E foi contratada pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), onde os engenheiros da ATMOS realizaram o desenvolvimento de um protótipo para a medição da posição do mecanismo de acionamento de barras do reator que equipará o futuro Submarino Nuclear Brasileiro.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Mourão repele agressões contra jornalistas: 'sou contra covardia'

O vice-presidente da República rejeitou os ataques de bolsonaristas contra jornalistas no ato contra a democracia no domingo. "Agredir quem está fazendo seu trabalho não faz parte da minha cultura", disse

Antonio Cruz/Agência Brasil

Vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, durante entrevista

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, classificou de "covardia" as agressões sofridas por jornalistas nas manifestações pró-governo no domingo (3), em Brasília.

Ao ser questionado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre o episódio, Mourão respondeu: "Sou contra qualquer tipo de covardia e agredir quem está fazendo seu trabalho não faz parte da minha cultura".

Insuflados por Bolsonaro após as denúncias de Sérgio Moro, bolsonaristas ensandecidos agrediram repórteres da Rede Globo, do Estadão e da Folha de S. Paulo, durante a carreata da morte – pelo fim da quarentena – realizada no domingo em Brasília.

Jornalistas da Folha foram ameaçados e xingados.

O fotógrafo Dida Sampaio, do Estadão, registrava imagens do presidente em frente a rampa do Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, numa área restrita para a imprensa quando foi agredido.

O motorista do jornal, Marcos Pereira, que apoiava a equipe de reportagem também foi agredido fisicamente com uma rasteira. Os manifestantes gritavam palavra de ordem como "fora Estadão". Os dois profissionais precisaram deixar o local rapidamente para uma área segura e procuraram o apoio da polícia militar. Eles deixaram o local escoltados pela PM. Os profissionais passam bem. Os repórteres Júlia Lindner e André Borges, que também acompanham a manifestação para o Estadão, foram insultados, mas sem agressões.

De acordo com a Folha de S. Paulo, Jair Bolsonaro foi alertado, conforme é possível ver em vídeo da transmissão que fez ao vivo via rede social, sobre as agressões a profissionais da Rede Globo e nada fez. "Expulsaram os repórteres da Globo, expulsaram os repórteres", disse uma pessoa a Bolsonaro, que respondeu: "pessoal da Globo vem aqui falar besteira. Essa TV foi longe demais". Durante o ato, outros profissionais da Rede Globo, Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo também foram agredidos e expulsos do local pela falange bolsonarista.

Instigado por Jair Bolsonaro, ato golpista ataca a democracia e agride jornalistas

Uma manifestação golpista, contra a quarentena, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, estimulada por Bolsonaro e o "gabinete do ódio", dirigido por seu filho Carlos, foi realizada na manhã do domingo (3) na Esplanada dos Ministérios.

A claque bolsonarista atacou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli (presidente do STF).

Jornalistas foram ameaçados e agredidos com chutes e pontapés pelos bolsonaristas, justamente no dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O repórter fotográfico Dida Sampaio, do Estadão, que registrava o momento, foi cercado por um grupo bolsonarista, derrubado por duas vezes e chutado pelas costas, além de tomar um soco no estômago. Além dele, o motorista do jornal, Marcos Pereira, também foi agredido.

Repórteres e profissionais de imprensa, como da Folha, foram empurrados e ofendidos verbalmente.

Bolsonaro, que sempre que seu golpismo é repudiado pela sociedade diz que não fez nada, não soube de nada e não ouviu nada, estimulou os ataques aos jornalistas, ao Congresso e ao Judiciário.

Uma pessoa alertou Bolsonaro sobre as agressões à imprensa. "Expulsaram os repórteres da Globo, expulsaram os repórteres", disse uma pessoa a ele.

A resposta de Bolsonaro foi: "Pessoal da Globo vem aqui falar besteira. Essa TV foi longe demais".

Ele deixou o Palácio da Alvorada e foi até a rampa do Planalto para acenar aos manifestantes, aglomerados, que gritavam "Fora Maia", entre outras baboseiras.

Agindo contra a Constituição, ele dissimulou dizendo querer "um governo sem interferência, que possa atrapalhar para o futuro do Brasil". "Acabou a paciência", disse. E diante de uma manifestação golpista ele tergiversou dizendo que "é uma manifestação espontânea, pela democracia".

A Constituição diz que os poderes são independentes, mas Bolsonaro quer os poderes submissos a tudo de errado que ele faz. O ministro Alexandre de Moraes suspendeu esta semana a nomeação do amigo da família, Alexandre Ramagem, para dirigir a Polícia Federal, numa tentativa de aparelhar a instituição e proteger seus filhos de investigações. Bolsonaro disse que não "engoliu" a decisão do ministro e que iria desobedecer.

E novamente fez apologia da morte ao atacar a quarentena para vencer o coronavírus.

"É inadmissível. Isso não é bom". Para ele, as medidas para conter o vírus trazem um efeito "danoso".

No final do ato, Bolsonaro voltou a mentir tentando envolver as Forças Armadas numa esparrela e insinuando que elas apoiam o golpe contra a democracia, para estimular e instigar a insanidade dos seus apoiadores-robôs. "Vocês sabem o povo está conosco, as Forças Armadas estão ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade, também estão ao nosso lado", disse.

Bolsonaro e os bolsonaristas estão desesperados porque estão vendo a popularidade cair, segundo pesquisas, principalmente após o ministro Sérgio Moro, ex-juiz da Operação Lava Jato, demitir-se e denunciar que o chefe do Executivo tentou aparelhar a Polícia Federal para proteger seus filhos e seu círculo íntimo de investigações.

"Qualquer agressão a profissionais da imprensa é inaceitável", responde o Ministério da Defesa

"As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. Este é o nosso compromisso"

O Ministério da Defesa divulgou nota nesta segunda-feira (04) condenando a agressão de jornalistas em ato antidemocrático realizado em Brasília com a presença do presidente Jair Bolsonaro. No ato com pautas antidemocráticas e inconstitucionais, Bolsonaro disse que tinha as Forças Armadas "ao nosso lado, e Deus acima de tudo".

No comunicado, o Ministério da Defesa afirma que Marinha, Exército e Força Aérea são "organismos de Estado, que consideram a independência e a harmonia entre os Poderes imprescindíveis para a governabilidade do País".

Na manifestação, Bolsonaro ameaçou as instituições democráticas. "Vamos tocar o barco. Peço a Deus que não tenhamos problemas nessa semana. Porque chegamos no limite, não tem mais conversa. Tá ok? Daqui para frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição. Ela será cumprida a qualquer preço. E ela tem dupla-mão. Não é de uma mão de um lado só não. Amanhã nomeamos novo diretor da PF", disse, numa crítica à decisão de Alexandre de Moraes, impedindo a pose de Alexandre Ramagem no comando da PF por desvio de finalidade.

Leia íntegra da nota divulgada pelo Ministério da Defesa:

As Forças Armadas cumprem a sua missão Constitucional

Marinha, Exército e Força Aérea são organismos de Estado, que consideram a independência e a harmonia entre os Poderes imprescindíveis para a governabilidade do País.

A liberdade de expressão é requisito fundamental de um País democrático. No entanto, qualquer agressão a profissionais de imprensa é inaceitável.

O Brasil precisa avançar. Enfrentamos uma Pandemia de consequências sanitárias e sociais ainda imprevisíveis, que requer esforço e entendimento de todos.

As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. Este é o nosso compromisso.

Fernando Azevedo e Silva
Ministro de Estado da Defesa

Governadores repudiam ataques. "A Justiça precisa punir esses criminosos", diz Doria

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), protestou contra as agressões a jornalistas por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro, durante a carreata contra a democracia realizada em Brasília neste domingo (03). "Milicianos ideológicos agridem covardemente profissionais de saúde num dia. Agridem profissionais de imprensa no outro. São criminosos que atacam a democracia e ferem o Estado de Direito. A Justiça precisa punir esses criminosos", defendeu o governador.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), também repudiou as agressões a profissionais de imprensa e o presidente por participar de atos contra a democracia e ameaçar os demais poderes da República.

"As Forças Armadas devem obediência ao Supremo, e não o contrário. O poder militar é subordinado aos TRÊS Poderes. Aliás, qualquer deles pode determinar a garantia da lei e da ordem em face de ações desses grupelhos de agressores. Está no artigo 142 da Constituição Federal", disse Flávio Dino, que também é advogado e juiz federal.

"Bolsonaro diz que quer um governo "sem interferências", ou seja, uma ditadura. É da essência da tripartição funcional do Estado que os Poderes interfiram uns nos outros", acrescentou Dino.

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), condenou a atitude do presidente da República em relação às agressões de jornalistas e Brasília neste domingo. "O presidente diz pregar a democracia e fica em silêncio diante das agressões sofridas por profissionais do jornal Estadão na manifestação da qual participou. Alimentar o caos é o único plano de governo do presidente", disse Witzel.

Fux condena agressões e alerta: "a democracia corre graves riscos"

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), também condenou a agressão dos bolsonaristas contra os jornalistas.

"A dignidade da imprensa se exterioriza pela sua liberdade crítica, de investigação e de denúncia de atitudes antirrepublicanas", disse o ministro.

"Num país onde se admite agressões morais e físicas contra a imprensa, a democracia corre graves riscos", advertiu Fux.

O ministro Gilmar Mendes classificou as agressões como "intoleráveis".

"As agressões a jornalistas do Estadão são intoleráveis. Neste Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, devemos lembrar que a atuação livre dos jornalistas é um pilar estruturante da nossa democracia. Que possamos superar a era de ódio que abala nosso país. Liberdade de imprensa", afirmou.

Antes, os ministros Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes já haviam repudiado a agressão aos jornalistas da Folha, Estadão e Globo na manifestação pró-ditadura realizada no domingo (3 de maio).

Jornalistas foram ameaçados e agredidos com chutes e pontapés pelos bolsonaristas, justamente no dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O repórter fotográfico Dida Sampaio, do Estadão, que registrava o momento, foi cercado por um grupo bolsonarista, derrubado por duas vezes e chutado pelas costas, além de tomar um soco no estômago. Além dele, o motorista do jornal, Marcos Pereira, também foi agredido.

Repórteres e profissionais de imprensa, como da Folha, foram empurrados e ofendidos verbalmente.

A manifestação teve a participação de Bolsonaro, que desceu rampa do Planalto, cumprimentou seus seguidores e fez uma fala dizendo que "acabou a paciência" com as instituições democráticas.

"Quando se desrespeita um jornalista, se desrespeita a democracia", diz Carmem Lúcia

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia lamentou a agressão sofrida por jornalistas neste domingo, durante manifestação em ato contra a democracia promovido por apoiadores de Jair Bolsonaro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Segundo a ministra, "quando se desrespeita um jornalista, se desrespeita a democracia". "Toda vez que um jornalista é agredido, toda a cidadania é agredida".

"As instituições precisam de uma imprensa livre, lamento a informação de ter havido agressão a jornalistas num dia tão significativo como hoje. É inaceitável, inexplicável que ainda tenhamos cidadãos que não entenderam que o papel do profissional da imprensa é o papel que garante a cada um de nós o poder de ser livre", defendeu.

Preposto de Ramagem muda direção da PF do Rio a mando de Bolsonaro

As denúncias feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro, de que Jair Bolsonaro quer intervir politicamente na Polícia Federal para controlar suas ações e investigações foram confirmadas com a indicação de Rolando Souza, braço direito de Alexandre Ramagem, para a diretoria-geral da PF.

Moro vinha sofrendo pressões para entregar o controle da corporação ao grupo de golpistas que atua dentro do Palácio do Planalto. A resistência de Moro irritou tanto a família que Eduardo Bolsonaro agora acusa o ex-ministro de não ter sido leal ao presidente. "Ele não era ministro, ele era um espião", disse o parlamentar.

O ex-ministro Sérgio Moro rebateu a acusação do deputado em suas redes sociais: "Há lealdades maiores do que as pessoais", disse.

Em uma das denúncias feitas por Moro e entregues pelo ex-ministro da Justiça à Polícia Federal durante seu depoimento neste fim de semana em Curitiba está a fala enfática de Jair Bolsonaro a Moro: "quero o Rio". Referência à superintendência da PF no Rio de Janeiro.

Rolando Souza é subalterno de Ramagem na Abin e, assim que tomou posse nesta segunda-feira (04) na direção da PF, fez imediatamente a troca do superintendente da PF do Rio de Janeiro a mando de Bolsonaro. Estava cumprida a primeira exigência feita pelo presidente.

Assim que assumiu a presidência, Bolsonaro abriu uma crise com a Polícia Federal exatamente porque queria intervir na superintendência da PF do Rio de Janeiro. Na ocasião ele anunciou publicamente, sem consultar ninguém, a substituição do superintendente do órgão no Rio de Janeiro, Ricardo Saadi, responsável pelas investigações no estado.

Durante seu depoimento, Sergio Moro falou várias vezes sobre o interesse de Bolsonaro em trocar o superintendente da PF no Rio.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Marcelo Casal JR/Agência Brasil

Ministro-chefe da Casa Civil

"Agressão a jornalistas é inadmissível", afirma o general Braga Neto

"A liberdade de imprensa é requisito fundamental e a liberdade de imprensa é prezada como um todo", disse o ministro

O ministro-chefe da Casa Civil, Braga Neto, condenou nesta segunda-feira (04/05), durante coletiva no Palácio do Planalto, as agressões a jornalistas durante um ato antidemocrático realizado em Brasília neste domingo (03) com a presença de Jair Bolsonaro.

"A liberdade de imprensa é requisito fundamental e a liberdade de imprensa é prezada como um todo. Qualquer tipo de agressão a jornalistas, essa é a opinião minha e do governo, ela tem que ser apurada e ela é inadmissível. Nós não admitimos agressão à imprensa", disse o ministro.

Mais uma vez o presidente cometeu crime contra a saúde pública ao participar e estimular de aglomeração de pessoas em plena pandemia de coronavírus e cumprimentar seguidores que querem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, foi em direção oposta a de Braga Neto e resolveu criticar parte da imprensa. Há cerca de duas semanas, Ramos já havia feito crítica semelhante, ao falar que os jornalistas só mostravam "caixão e corpo". Em sua fala desta segunda, Ramos elogiou TV Record, TV Bandeirantes e a RedeTV!, que, segundo ele, vêm fazendo um "trabalho sério" e, sem citar outras emissoras, as criticou.

ABI, Abraji e Fenaj repudiam Jair Bolsonaro por insuflar agressões contra a imprensa

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) denunciaram em nota o apoio de Jair Bolsonaro às agressões contra jornalistas da TV Globo, Estadão e Folha de S. Paulo, que aconteceram na manifestação contra a democracia, no domingo (3), em Brasília.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal denunciaram agressões aos profissionais da imprensa em coberturas no 1º de Maio.

"É o próprio presidente e seus ministros que incentivam as agressões contra a imprensa e seus profissionais", destacou a ABI por meio de nota.

"Tais acontecimentos evidenciam o risco cada vez maior ao qual o discurso belicoso e ultrajante do presidente da República expõe os repórteres brasileiros" disse a Abraji.

Para a Fenaj, "a escalada de agressões contra jornalistas é incentivada por Bolsonaro e seus apoiadores, que não respeitam a democracia e a liberdade de expressão".

Bolsonaro sempre dirige ataques contra os jornalistas e veículos de imprensa. Ele já fez o gesto de "banana" para jornalistas e incitou apoiadores a hostilizarem repórteres que fazem a cobertura na entrada do Palácio da Alvorada. Sem falar nos xingamentos e ameaças.

Ele não reprovou as agressões aos jornalistas, no domingo, quando foi informado do ataque. Pelo contrário, endossou.

"Expulsaram os repórteres da Globo, expulsaram os repórteres", disse uma pessoa a Bolsonaro, que respondeu: "pessoal da Globo vem aqui falar besteira. Essa TV foi longe demais".

O fotógrafo Dida Sampaio, do Estadão, registrava imagens do presidente em frente a rampa do Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, numa área restrita para a imprensa quando foi agredido. Ele foi atingido por chutes, socos e pontapés.

Leia íntegra do texto e das notas das entidades em www.horadopovo,com.br

Rejeição a Bolsonaro cresceu 7 pontos em 6 dias após a saída de Moro, diz pesquisa

A rejeição ao governo de Jair Bolsonaro saltou sete pontos percentuais depois do pedido de demissão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

Segundo pesquisa XP/Ipespe, divulgada segunda-feira (4), a avaliação negativa do governo pulou de 42% para 49%. A sondagem anterior foi divulgada no dia 24 de abril, dia da demissão de Moro. A pesquisa ouviu 1.000 pessoas em todo o país nos dias 28, 29 e 30 de abril, pouco após o anúncio da saída do ministro.

Por outro lado, a avaliação positiva do governo caiu de 31% para 27%, variando negativamente em quatro pontos percentuais.

No início do governo, a expectativa positiva para o governo estava em 63% e apenas 15% dos brasileiros esperavam que o mandato fosse ruim ou péssimo.

As duas marcas são as piores desde que a pesquisa começou a ser feita, em janeiro de 2019. A margem de erro é de 3,2 pontos percentuais.

Já a parcela de pessoas que acreditam que a corrupção terá aumentado ou aumentado muito daqui a seis meses explodiu e foi de 30% para 45%, um salto de 15 pontos. A expectativa negativa para o restante do governo passou de 38% para 46%, enquanto a positiva foi de 35% para 30%.

Íntegra em www.horadopovo.com.br

Brasil já ultrapassa 105 mil casos e mais de 7,2 mil mortes por Covid-19

Enquanto Bolsonaro ataca instituições, país se tornou o quarto em número de mortes nos últimos 14 dias

Dois meses e oito dias após o primeiro caso confirmado, o Brasil chegou a 7.288 mortes pelo novo coronavírus e 105.222 registros da Covid-19, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde nesta segunda-feira (4).

Segundo o governo, foram 263 novas mortes confirmadas nas últimas 24 horas, além de 4.075 novos casos.

A taxa de letalidade — que compara os casos totais pelos números de óbitos confirmados — no Brasil é de 6,9%, segundo a atualização do governo.

No total, as mortes em decorrência do coronavírus confirmadas em cada estado são:

Acre (28); Alagoas (72), Amapá (49); Amazonas (585); Bahia (134); Ceará (691); Distrito Federal (33); Espírito Santo (116); Goiás (30); Maranhão (249); Mato Grosso (13); Mato Grosso do Sul (10); Minas Gerais (90); Pará (330); Paraná (94); Paraíba (62); Pernambuco (691); Piauí (28); Rio Grande do Norte (62); Rio Grande do Sul (74); Rio de Janeiro (1065); Rondônia (25); Roraima (11); Santa Catarina (52); São Paulo (2.654); Sergipe (17); Tocantins (6).

Representantes da pasta reconhecem que há uma tendência de agravamento na crise pela Covid-19 no país, mesmo que nesta segunda-feira, o índice tenha sido menor do que o registrado até o final da semana passada. Uma média de 400 mortes por dia

O registro de 7.288 mortes também já é maior do que estimavam aliados do presidente Jair Bolsonaro. Em março, o empresário paranaense Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, compartilhou um vídeo em que dizia que o número de mortes no Brasil não seria tão grande quanto o desemprego. Ele dizia que não passaríamos de 5 mil a 7 mil mortes.

QUARTO MAIOR EM NÚMERO DE MORTES

Mesmo antes da divulgação dos dados desta segunda-feira, o Brasil já havia se tornado preocupação mundial. Dados divulgados, no domingo (3), pelo Centro de Prevenção e Controle de Doenças da Europa indicam que o país já é quarto com maior número de casos registrados por Covid-19 nos últimos 14 dias.

A OMS aponta que o Brasil já registrou o quarto maior número de mortes no mundo em 24 horas, considerando números entre sábado e domingo.

Os novos números da agência oficial da União Europeia confirmam esse temor. Em 14 dias (considerando até o dia 3 de maio), foram 59,9 mil novos casos confirmados no Brasil. No total, o país registrava 96,5 mil. Nos últimos 14 dias, a liderança é dos EUA, com 397 mil novos casos. A Rússia vem em segundo lugar, com 87 mil, contra 68 mil no Reino Unido.

Nos organismos internacionais, a postura do governo Bolsonaro, disputas políticas e atitudes para negar a gravidade da pandemia são avaliadas como fatores agravantes.

No dia em que o Brasil passou das 7 mil mortes, Bolsonaro voltou a provocar aglomerações e descumprir orientações das autoridades sanitárias. Ele participou de mais um ato a favor do governo e de medidas antidemocráticas, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Os manifestantes pediram intervenção militar e criticaram a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro – que acusa o presidente de tentar interferir politicamente na Polícia Federal para proteger seus filhos e a si mesmo.

Sem máscara, Bolsonaro foi para a frente do Palácio do Planalto, de onde acenou para manifestantes que se aglomeravam em frente ao prédio.

No sábado, Bolsonaro também provocou aglomerações, repetiu críticas aos governadores por causa do isolamento social determinado nos estados, seguindo a recomendações dos especialistas em saúde. Ele e sua comitiva viajaram para a região da cidade de Cristalina (GO).

ONU

As atitudes de Bolsonaro diante da pandemia são criticadas em programas de TV no exterior, artigos em alguns dos principais jornais do mundo e duro questionamento por parte de especialistas e pela ONU.

A OMS indicou que estava "profundamente preocupada" com a aceleração de casos na América do Sul. Michelle Bachelet, alta Comissária da ONU para Direitos Humanos e ex-ministra de Saúde no Chile, lamentou que o governo brasileiro não admita a pandemia no país.

Dois relatores da ONU, com o apoio de outros cinco especialistas da entidade, denunciam as "políticas irresponsáveis" de Bolsonaro durante a pandemia da Covid 19.

Os relatores condenaram a política de colocar a "economia acima da vida", apesar das recomendações da OMS. "Economia para quem?", "não pode se permitir colocar em risco a saúde e a vida da população, inclusive dos trabalhadores da saúde, pelos interesses financeiros de uns poucos", insistiram. "Quem será responsabilizado quando as pessoas morrerem por decisões políticas que vão contra a ciência e o aconselhamento médico especializado?", questionaram.

Bolsonaro ainda motivou um protesto por parte de deputados do Parlamento Europeu. Um grupo formado por Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Helmut Scholz e Katerina Konecná enviou uma carta ao representante da UE para Assuntos Exteriores, Josep Borell, criticando Bolsonaro e alertando que sua atitude poderia ter agravado a crise..

"Em geral, os apelos do presidente para que os brasileiros ignorem as medidas de isolamento estão empurrando o país para uma nova polarização entre apoiadores e detratores do presidente, mas esta pandemia não é uma questão de ideologias, é um problema de saúde pública", indicaram.

"Consideramos que aproveitar este momento de angústia nacional para politizar um drama no qual está em jogo a vida de milhares de pessoas pensando em sua reeleição é um crime contra a humanidade pelo qual ele poderia ser julgado em tribunais internacionais", completaram os deputados, que pediram que a União Europeia "censure e rechace energicamente a atitude do presidente Bolsonaro".

Wilton Lima/ Estadão

Sepultamento de idoso com suspeita de coronavírus no Rio de Janeiro

O adeus ao poeta: Aldir Blanc falece vítima da Covid-19 no Rio de Janeiro

O poeta maior Aldir Blanc nos deixou na madrugada desta segunda-feira (4), aos 73 anos, vítima do Covid-19.

Suas letras geniais, que tão bem definem a complexidade humana e social, e misturam o sonho e a realidade, o sofisticado romantismo à mais escrachada visão popular da vida, "frio em minha alma" com "Band-aid no calcanhar", humor e doçura, nos deixa o legado, nesse nosso Brasil tão fértil de grandes compositores, de um dos maiores de todos os tempos.

E nos faz lembrar, nesse tempo grave por que passa o Planeta e, em particular, o nosso país, governado, nesse momento de gravidade, por um boçal, que "chora a nossa pátria", que "choram Marias e Clarices", mas que a "esperança" é "equilibrista" e que "o show de todo artista tem que continuar".

Um dos maiores compositores brasileiros, Aldir Blanc faleceu na madrugada da segunda-feira

As citações são da sua música mais famosa, em parceria com João Bosco, "O bêbado e o equilibrista", que fala das viúvas dos mortos pela Ditadura, dos exilados, e se tornou um hino de resistência que, infelizmente, volta novamente a ser tão atual no Brasil em tempos de coronavírus e Bolsonaro.

A obra musical de Aldir Blanc é vasta e seu repertório passa por preciosidades feitas em parceria com dezenas de músicos, mas alguns encontros de vida, como com João Bosco, Elis Regina e Moacyr Luz, foram marcantes na trajetória do artista.

Embora já tivesse na bagagem uma história de sucessos em festivais da canção, no movimento universitário e músicas gravadas por artistas como Clara Nunes e MPB-4, a primeira música de Aldir em parceria com João Bosco, "Agnus Sei" (Ah, como é difícil tornar-se herói/ Só quem tentou sabe como dói/ Vencer Satã só com orações), de 1981, já trazia na veia o protesto e a consciência histórica e social que marcariam algumas canções da dupla e a história da MPB, como a já citada "O bêbado e o equilibrista" e "O mestre-sala dos mares", além de canções de humor único e satírico, crônicas suburbanas afiadas na navalha, a ironia do mundo romântico, mas tão cruel, como em "Dois pra lá dois pra cá" ou "Bala com bala".

E aí entra a grande Elis Regina que, afoita, sensível e certeira como era ao desbravar compositores e suas músicas magistrais, profundas e intensas, não deixou escapar quase nenhuma da dupla de artistas e as imortalizou como ninguém mais poderia fazer.

Passando por parcerias não menos importantes e de talentos inestimáveis, como Guinga, Cristóvão Bastos - de "Resposta ao tempo" (Respondo que ele aprisiona Eu liberto/ Que ele adormece as paixões/ Eu desperto) – Carlos Lyra, Maurício Tapajós, Edu Lobo, Sueli Costa, Paulinho da Viola, Djavan, Ivan Lins, Vitor Martins, Silvio da Silva Júnior, entre outros, a dupla com Moacyr Luz foi uma das mais profícuas.

Amigos, vizinhos do mesmo prédio no tradicional bairro de Vila Isabel, no Rio, Aldir e Moacyr Luz deram asas ao talento em mais de cem canções, como "Anjo da velha-guarda", "Feito o mar" e "Medalhas de São Jorge".

Ao saber da morte do parceiro, Moacyr Luz declarou que Aldir "era imortal", e definiu: "Sabia de tudo do vagabundo e do professor".

Para João Bosco, "não existe João sem Aldir". E completa: "perco o maior amigo, mas ganho, nesse mar de tristeza, uma razão para viver. Quero cantar nossas canções até onde eu tiver forças. Estou aqui para fazer o espírito do Aldir viver. Eu e todos os brasileiros tocados por seu gênio".

Cada brasileiro infecta outras 2,8 pessoas

Inépcia de Bolsonaro faz taxa de contágio da Covid-19 no Brasil ser a maior do mundo

Enquanto Bolsonaro incentiva aglomerações e ataca os governadores e prefeitos que colocam em prática a quarentena, o Brasil amarga um tenebroso resultado. Estudo realizado pelo Imperial College de Londres apontou que o Brasil possui uma taxa de contaminação pelo novo coronavírus de 2,8, a maior do mundo.

Isso significa que cada pessoa contaminada pela Covid-19 no Brasil infecta quase três pessoas – ou, a cada 10, 28 são contaminadas.

Como resultado da desastrosa política de Bolsonaro, nosso país registrou oficialmente 5.901 mortes por coronavírus nesta quinta-feira (30). Além de um total de 85.380 casos confirmados.

De acordo com o Imperial College, o Brasil está entre os nove países que apresentam maior crescimento na pandemia. Os outros oito países são: Canadá, Índia, Irlanda, México, Paquistão, Peru, Polônia e Rússia.

Com base nos cálculos, a transmissão do coronavírus está caindo em quatro dos 48 países estudados: Itália, França, Espanha e República Dominicana. Em 23, incluindo Alemanha, Portugal, Bélgica, Colômbia e EUA, está estabilizada.

Segundo o estudo, no Brasil a transmissão acontece de forma mais rápida do que os outros países analisados, o que leva a superlotação dos hospitais e falta de leitos, como já acontece nas grandes cidades do país.

A quarentena é a medida mais eficaz para contar este avanço, por inibir que um número maior de pessoas sejam infectadas ao mesmo tempo. Se adotado com seriedade, a medida pode desafogar o sistema de saúde, tanto o público quanto o privado.

Ao invés de adotar a quarentena como política de saúde e social, Bolsonaro joga contra a medida. Critica os governadores que a colocam em prática, chama a doença de 'gripezinha' e ainda provoca aglomerações em Brasília, em saídas desnecessárias ao comércio, incentivando manifestações contra a democracia, chegando a comparecer em nos atos que defendem o fechamento do Congresso Nacional e o STF.

Bolsonaro intensifica a crise política, não defende o distanciamento social e ainda debocha dos 5.000 brasileiros que já perderam a batalha contra o coronavírus e desrespeita suas famílias. "E daí. Lamento. O que quer que eu faça", diz o presidente diante das mortes.

Nos outros países estudados, as medidas de isolamento social foram intensificadas e se tornaram mais rígidas. Multas foram aplicadas na Itália, na Espanha e em diversos outros países. A polícia foi acionada para prender casos reincidentes, em que pessoas saíram às ruas sem necessidade, na Europa e nos EUA.

O estudo inglês também traz a projeção de mortes no Brasil para a próxima que é de mais 5000 pessoas, podendo elevar o total a 10 mil óbitos.

A análise de dados do Imperial College faz uma média encontrada entre o mínimo de mortes que poderão ocorrer (2.360, segundo o Imperial College) e o máximo de mortes previstas (9.770).

Flávio Dino anuncia barreiras e mais medidas de quarentena

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou medidas para intensificar a quarentena no estado, cumprindo a decisão da Justiça que decretou bloqueio total (lockdown) em algumas cidades do estado.

"Desde logo, informo que evidentemente a decisão do Judiciário será cumprida. Esclareço, contudo, que ATIVIDADES ESSENCIAIS, como alimentação e remédios, continuarão ABERTAS", disse Dino pelo Twitter.

Entre as medidas anunciadas por Dino estão:

Suspensão das aulas por todo mês de maio; Suspensão quase completa de entrada e saída de carros em São Luís, com exceção para caminhões de abastecimento; Apenas serviços essenciais permanecerão abertos como farmácias e supermercados; Proibição de carros estacionados em áreas de lazer, onde não haja serviços essenciais; Imposição de regras de controle sanitários para feiras e aumento de multa para agências bancárias que não organizem o atendimento a clientes.

Flávio Dino informou que quem não cumprir as medidas de restrição e as determinações judiciais poderá ser punido.

"Quem insistir no cumprimento apenas de orientações políticas, insensatas, estará simultaneamente infringindo normas estaduais e descumprindo a decisão do Poder Judiciário", advertiu o governador maranhense.

A Justiça do Maranhão decretou na quinta-feira (30 de abril) lockdown (bloqueio total) em quatro cidades do estado: São Luís, São José do Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Flávio Dino disse que irá implantar barreiras policiais para garantir o cumprimento da decisão judicial que estabeleceu o bloqueio total na região metropolitana de São Luís.

O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, determinou lockdown a partir de 5 de maio, por ao menos 10 dias. Até agora o estado registra 3.506 casos confirmados e 204 óbitos, de acordo com o último balanço divulgado pelo Ministério da Saúde.

As forças de segurança do estado só permitirão, por exemplo, a circulação de trabalhadores de serviços essenciais nas principais avenidas de São Luís, a exemplo de profissionais de saúde.

"Não há necessidade de corrida para compra de alimentos, os estabelecimentos que vendem comida estarão todos abertos. Não se aglomerem sem nenhuma racionalidade em supermercados e feiras, pois estarão abertos assim como as farmácias", alertou Flávio Dino.

Bolsonaro "rema contra" e complica a quarentena, criticou Arthur Virgílio

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, acredita que o estado do Amazonas "fracassou" nas medidas de combate ao Covid-19. Em entrevista ao Valor, publicada nesta segunda-feira (4), o político lamentou a baixa adesão da população ao isolamento social e criticou a postura do presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, o líder do Executivo "rema contra" a quarentena, tendo em vista que Manaus está com uma média de apenas 40% de isolamento social.

"Admito o fracasso. Fracassamos aqui, o governador e eu. No Amazonas não acataram nossas recomendações, os decretos não foram obedecidos, o povo está nas ruas. Dia de sábado é dia de festa", disse. "Ainda não caiu a ficha das pessoas. O que garante essa tranquilidade de que não vai pegar o Covid-19 se está vendo na televisão, nos jornais a crise no sepultamento, nos hospitais, se está vendo o vizinho pegar a doença? Uma das razões é que muitos acham que Covid-19 é doença de rico, que não dá em pobre". "Tem mais uma razão, que é o exemplo do presidente. Atribuo muito ao fato de Bolsonaro não ter entrado no comando da mobilização nacional. A pregação dele é: 'vá para a rua', 'é uma gripezinha chinesa'", criticou. "Todos os dias faço o apelo 'fique em casa', falo que o distanciamento social é o nosso único plano. Peço para quem mora na periferia ficar no barraco, porque são os mais suscetíveis. Mas quando o presidente rema contra, fica mais complicado".

O prefeito afirma que vai intensificar o pedido para que as pessoas fiquem em casa. A ideia é evitar um cenário parecido com o de Guayaquil, no Equador, que teve pessoas enterradas em caixões de papelão.

A capital da Amazônia já vem vivendo um grande drama por causa do coronavírus. Com cerca de dois milhões de habitantes, a cidade foi a primeira do país a entrar em colapso por conta do novo coronavírus. Hospitais estão lotados, não há mais leitos de UTI, e um número crescente de pessoas está morrendo em suas casas por falta de atendimento.

Apenas no mês de abril, mais de 2 mil pessoas morreram em Manaus, um aumento de mais de 300% sobre os números históricos de morte na cidade em tempos de normalidade. A expectativa do governo local é que neste mês o número cresça ainda mais e possa ultrapassar 4 mil mortes. Mais de 30% desses óbitos acontecem em casa, porque as pessoas não conseguem atendimentos nos hospitais ou têm medo de ir até eles e se contaminarem.

Por que o Brasil tem 27 vezes mais mortos por Covid-19 que a Argentina?

As visões diametralmente opostas dos presidentes do Brasil e da Argentina no enfrentamento do coronavírus faz a comparação da evolução da doença nos dois países inevitável.

Enquanto a Argentina, com a adoção de medidas de quarentena severas, tem hoje um dos menores índices de Covid-19 da América do Sul, o Brasil, que tem lutado contra a posição transloucada de seu presidente de que o coronavírus é apenas "uma gripezinha", apresenta uma das maiores taxas de contágio do mundo, e número de mortes que cresce aceleradamente.

Até a quinta-feira (30), o Brasil contava com 85.380 casos de Covid-19 e 5.901 mortes. Na mesma data, a Argentina tinha 4.285 casos e 216 mortes. Mesmo levando-se em conta a diferença populacional – o Brasil tem uma população cinco vezes maior do que a Argentina -, a diferença é gritante e muito preocupante para os brasileiros.

O presidente da Argentina, Alberto Fernandez, foi um dos primeiros no mundo a implementar uma quarentena obrigatória no país.

O isolamento rigoroso foi determinado em 20 de março, com duração até 14 de abril, mas, esta semana, Fernandez decidiu prorrogá-la até 10 de maio. Os vôos internos e internacionais estão proibidos até setembro e as medidas restritivas serão revisadas a cada duas semanas.

Enquanto isso, no Brasil, no mesmo período Bolsonaro chamava a crise do coronavírus de "histeria", esbravejava contra as medidas para conter a contaminação e o colapso no sistema de saúde, defendidas pelo então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, demitido por ele em meio à crise, e confundia a população fazendo exatamente o que especialistas de todo o mundo alertavam para não fazer: comemorava aniversários com festas, provocava aglomerações, abraçava apoiadores, etc. etc. O que, aliás, continua fazendo descaradamente.

O primeiro caso de coronavírus identificado na Argentina foi no dia 3 de março e a primeira morte foi anunciada em 7 de março. No Brasil, o primeiro óbito, em princípio, foi em 17 de março. Depois, por meio de uma investigação retroativa, um caso de morte em Minas Gerais, no dia 23 de janeiro, foi identificado como sendo a primeira pelo coronavírus.

Em 20 de março, quando a quarentena estrita foi anunciada pelo presidente Fernandez, duas pessoas tinham morrido pelo Covid-19 na Argentina, e havia pouco mais de cem casos registrados. No Brasil, no mesmo dia, as secretarias estaduais de Saúde registraram 977 casos e 11 mortes.

Em 1º de abril, conforme curva pandêmica comparativa entre os dois países, esse índice era: 1.100 casos na Argentina, e 6.800 casos confirmados no Brasil.

Essa curva segue, até o dia 29 de abril, demonstrando claramente os efeitos das políticas de combate à disseminação do vírus implementadas nos dois países.

O crescimento exponencial de casos e de mortes no Brasil revela os desacertos do presidente que ignora sistematicamente o perigo e desdenha da desgraça do seu povo, apesar do esforço da maioria dos governos estaduais em conter o avanço da pandemia.

Na Argentina, no entanto, a curva pandêmica mostra como a liderança responsável do governo e as medidas firmes para manter as pessoas em casa, têm feito com que a disseminação do vírus e o número de mortes seja visivelmente menor.

Reprodução

General Mourão, vice-presidente

"Há males que vêm para o bem", diz Mourão sobre fim da venda da Embraer

O vice-presidente, general Hamilton Mourão, afirmou na quarta-feira (29), que a ruptura da negociação de compra da Embraer pela Boeing pode ser vista como "uma oportunidade de avanço para a empresa brasileira".

"Eu tive a oportunidade, no final de semana, de conversar com o CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto, e ambos concordamos que há males que vêm para bem. Então, acho que essa ruptura do acordo com a Boeing não precisa ser considerada algo assim como um recuo, mas como uma oportunidade para um avanço."

Em videoconferência organizada por um banco, o vice-presidente disse que a China é um mercado a ser explorado pela empresa. "A Embraer tem que aproveitar o que vai acontecer nisso, principalmente no seu nicho de mercado, que é a aviação regional, isso na parte da aviação comercial. E aí surge mais uma vez o mercado chinês, que vai se expandir, um país grande, um país de população enorme, onde essa aviação regional começa a se expandir e é um ponto onde a Embraer poderá ter uma parcela significativa desse mercado."

Mourão afirmou ainda que a venda de parte da Embraer para a Boeing já vinha "fazendo água" há algum tempo, dando sinais de que não iria se concretizar. No final de semana, a empresa norte-americana desistiu oficialmente do negócio. "O acordo com a Boeing, na minha visão, já vinha fazendo água há algum tempo. Além da situação atual [aviões parados por causa da suspensão de voos], tem o problema ocorrido com a sua aeronave que seria o carro-chefe do momento, 737 MAX, com duas quedas de aeronaves e uma dificuldade em passar confiança para o mercado", declarou o general durante a videoconferência promovida pelo banco Itaú na manhã de quarta-feira (29).

"A Embraer tem de aproveitar o que que vai acontecer, principalmente no seu nicho de mercado que é a aviação regional", afirmou. Ele acrescentou que a fabricante de aviões brasileira tem agora "uma avenida aberta" para avançar em novos acordos comerciais.

O 737 MAX é o avião mais vendido da Boeing e está impedido de voar desde março de 2019, depois de duas quedas em um intervalo de cinco meses que mataram 346 pessoas. A Boeing suspendeu a produção do modelo em janeiro e tem 400 unidades do MAX em estoque.

Especialistas também apostam no futuro da Embraer

O engenheiro aeronáutico Wagner Farias da Rocha, professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), especialista em projeto, certificação e transferência de tecnologia aeronáutica, afirmou, ouvido pelo HP, que concorda com a avaliação do vice-presidente.

Ele afirmou que a crise financeira, tecnológica e gerencial vivida pela Boeing nos últimos tempos inviabilizou a compra da Embraer. "Como nós já dissemos antes, aquilo não era uma parceria estratégica ou uma joint venture como era apresentado o negócio. Era o fatiamento da Embraer e a aquisição das partes rentáveis da empresa pela Boeing", observou o especialista.

Para ele também, a Embraer é uma empresa bem posicionada no mercado mundial, com projetos avançados e competitivos e, a suspensão de sua venda para a Boeing pode significar o seu soerguimento e a salvação de um setor altamente desenvolvido do país.

Para o professor do ITA, a concretização no negócio representaria a destruição da capacidade brasileira de projetar e produzir aeronaves. Wagner lembrou que as linhas desenvolvidas pela Embraer nas categorias até 140 assentos são imbatíveis do ponto de vista de desempenho e economia e podem voltar a ocupar o seu lugar de destaque no mercado internacional.

Uma empresa com a capacidade tecnológica e os projetos que a Embraer possui, na avaliação do especialista, tem toda a capacidade de enfrentar esse período de crise mundial que se avizinha.

"Os projetos em aeronáutica têm um tempo longo de maturação e a Embraer desenvolveu projetos vitoriosos. A empresa lançou em 2016 o KC-390, nova aeronave da linha de defesa. Ela fez seu primeiro voo da unidade fabril de GPX, em Gavião Peixoto (SP), para São José dos Campos (SP) em 2 de fevereiro. Em 2017, a Embraer apresentou o jato comercial E195-E2. A aeronave faz parte da nova geração mais eficiente no mundo, com economia de combustível de até 24%.

Segundo Wagner, desde que não seja abandonada pelo Estado – e todos os governos do mundo estão defendendo suas empresas – "a Embraer tem todas as condições e está bem posicionada no mercado mundial para se fortalecer no pós crise". "A equipe de engenharia e projetos da Embraer já está trabalhando, e deve se aprofundar, por exemplo, na tecnologia de Propulsão Híbrida-Elétrica", observou o especialista.

"Esta é a tecnologia que prevalecerá na aviação regional em todo o mundo em 20 anos", explicou. O engenheiro lembrou a ideia do Grippen Naval, o caça para a Marinha, adaptação de aeronaves para porta-aviões.

"Há também o novo turbo-hélice da Embraer, para a aviação regional, que poderia ser desenvolvido com sucesso nesse próximo período", lembrou o engenheiro aeronáutico, ao comentar as oportunidades que podem se abrir com a implementação do programa Pró-Brasil, apresentado recentemente pelo general Braga Neto.

Em suma, a opinião do general Mourão sobre as oportunidades que se abrem para a Embraer está totalmente sintonizada com as aspirações de especialistas da aeronáutica que tanto destacam a capacidade ímpar da aviação brasileira.

SÉRGIO CRUZ

1º de Maio: centrais reúnem frente contra crise e ameaças golpistas

Reprodução

Lideranças de entidades civis, políticos e e dezenas de artistas e personalidades se uniram na festa do trabalhador e na luta para livrar o Brasil do obscurantismo bolsonarista

O 1º de Maio das centrais sindicais reuniu políticos, autoridades, artistas, instituições sociais e lideranças de diversos setores da sociedade em atividade realizada online na sexta-feira.

A fala das autoridades teve em comum a denúncia em relação à política desastrosa de Bolsonaro que diante da pandemia está levando milhares de pessoas à morte e outros milhões à miséria, ao reter de forma criminosa a ajuda emergencial que pudesse garantir uma renda básica para manter seu sustento durante a pandemia.

A atividade teve a participação dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, dos ex-candidatos a presidente Ciro Gomes e Marina Silva, o governador do Maranhão, Flávio Dino, e de parlamentares, entre eles o senador Randolfe Rodrigues, líder da oposição ao governo Bolsonaro no Senado Federal, e o deputado federal Alessandro Molon, líder da oposição na Câmara dos Deputados.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, fez uma saudação especial aos trabalhadores da área da saúde, assim como os trabalhadores que atuam em serviços essenciais.

"O movimento social através do diálogo com empresários, governadores, prefeitos, parlamentares, está batalhando para buscar soluções que garantam a segurança, a renda, o trabalho, a renda, os empregos e os direitos dos trabalhadores. Um exemplo de ação e vitória é a renda emergencial aprovada no Congresso Nacional que era proposta das centrais sindicais, e chegou ao valor de R$ 600, superior aos R$ 200 que o governo queria pagar inicialmente", afirmou Torres.

"Vivemos um momento terrível de nossa história. A pandemia já ceifou milhares de vidas aqui no nosso país. Já ultrapassamos a China em número de mortes e Bolsonaro continua com seu discurso genocida. Bolsonaro continua contra a política de isolamento, continua a atacar os governadores, os prefeitos, continua a atacar a democracia, o movimento social e também os direitos dos trabalhadores", disse Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), destacou que diante dessa grave crise em que vivemos, o desemprego no país poderá chegar a 25%. "O movimento social está lutando para garantir os direitos dos trabalhadores, o emprego e os salários, e principalmente a renda básica emergencial, além de medidas de proteção a tantos trabalhadores que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus", declarou. Além disso, prosseguiu Adilson, "Bolsonaro afronta a Constituição, agride o STF e o Congresso Nacional. A luta pela democracia ganha centralidade e demanda uma frente ampla com todos aqueles que defendem o Estado Democrático de Direito", ressaltou.

"A pandemia chega durante o pior governo da nossa história", afirmou Manuela D'Ávilla, que apontou a urgência de testes e massa, principalmente para os trabalhadores da saúde, ressaltando que 85% desses funcionários são mulheres.

Ubiraci Dantas, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), falou do grave momento de "recessão, desemprego, fome, e miséria que estamos passando por conta do coronavírus e piorada sob o governo Bolsonaro". "Enquanto as pessoas passam fome, Bolsonaro sabota o auxílio emergencial, deixando milhões sem receber nada".

"Além disso, quer estrangular os municípios, segura os recursos. A mesma coisa faz em relação às micro e pequenas empresas. Prefere colocar terra arrasada no Brasil. Nós estamos diante de um governo irresponsável, genocida, assassino", afirmou.

Também deixaram sua mensagem aos trabalhadores a presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, a ex-deputada federal Manuela D'Ávilla, a deputada estadual Leci Brandão, o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi. Participaram ainda o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, e a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto.

Líderes políticos se somam aos sindicalistas para deter Covid-19 e desatinos de Bolsonaro

O 1 º de Maio deste ano foi pela internet, por conta do pandemia do coronavírus, e foi unitário e amplo por conta da crise provocada no país pelas insanidades e ambições golpistas de Bolsonaro.

A compreensão de que o momento exige um esforço de reunir todos os democratas do país contra as ameaças do presidente à democracia fez com que a direção do ato convidasse amplamente os representantes políticos do país para se manifestarem neste dia.

Entre os presentes estavam o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que fez uma conclamação pela união de todos para enfrentar a pandemia e defender a democracia. Ele falou através de uma mensagem gravada.

"É por isso que temos uma data hoje prenhe de significados, com muito significado mesmo. Por que é [algo] novo. Nós temos que enfrentar problemas que são novos. Alguns são antigos, vírus são antigos, mas dessa forma generalizada, é [uma situação] nova. E nós temos que manter a democracia, a liberdade. As tarefas são muitas e só com união se consegue superá-las", declarou no vídeo.

O ex-governador Ciro Gomes (PDT) também se manifestou. "O conjunto de conquistas históricas dos trabalhadores tem sido desmontado, aproveitando o desespero em que se encontra mais da metade da nossa população", declarou Ciro Gomes.

"É importante lembrar que o Brasil contava com quase 13 milhões de desempregados ainda antes da crise do coronavírus, e mais de 38 milhões de pessoas estavam obrigadas a viver a dura realidade da informalidade sem nenhuma proteção. É pensando nessas pessoas, que penso que precisamos aproveitar essa dura ocasião para estarmos à altura daqueles heróis que no passado construíram o avanço dos trabalhadores".

Flávio Dino, governador do Maranhão, afirmou que a agenda prioritária no país deve seguir três eixos centrais: "O combate ao coronavírus, com a preservação da saúde dos brasileiros, especialmente dos mais pobres". O segundo eixo envolve a necessidade de ampliação dos serviços públicos. "Apesar dos inúmeros problemas, seria mito mais grave hoje se no passado tivesse prevalecido a tese da privatização do Sistema Único de Saúde".

A ex-senadora Marina Silva (Rede) disse que "a crise social vem sendo duramente agravada pela pandemia". "É fundamental que estejamos unidos em torno da proteção dos direitos em defesa da democracia. Assim como exigir o atendimento seguro no sistema público de saúde e também o isolamento social conforme orientado pela OMS".

O ex-presidente Lula lembrou que "um vírus conseguiu fechar as fronteiras dos países e deixar em casa mais de 3 bilhões de seres humanos, e a cada dia recebendo notícias piores".

O senador Randolfe, em sua mensagem, ressaltou que "enfrentamos uma gravíssima crise". Para o senador, a crise em que passamos com o coronavírus foi agravada ainda mais com Bolsonaro, que se tornou uma ameaça à saúde, à vida e à democracia.

"Somos chamados à história para enfrentar essa pandemia e defender a democracia que está sob ameaça permanente". "Mais do que nunca precisamos construir uma frente ampla que reúna todos os campos para derrotar o principal aliado do vírus que é Bolsonaro", afirmou.

A ex-deputada Manuela D'Ávila (PCdoB) disse que foi muito importante a aprovação da ajuda emergencial pelos deputados e senadores mas ressaltou que é importante lutar para que esses recursos cheguem nas mãos de quem precise.

"Temos que exigir condições dignas de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras dos setores essenciais da área de saúde. Temos que cobrar testagem em massa desses trabalhadores", defendeu Manuela.

1º de Maio histórico

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA*

Estamos todos de parabéns. O ano de 2020 vai para história. Nunca o ato do 1º de maio, desde a conquista da democracia, teve tanta repercussão quanto o deste ano.

Foi uma grande vitória do movimento democrático, que se deve fundamentalmente à nossa decisão de fortalecer a frente ampla, neste grave momento que vive o país e fazer um ato unitário, para o qual foram convidadas as mais significativas expressões nacionais que lutam pela vida, pela democracia e pelo emprego. Que não se conformam com desmandos e a irresponsabilidade do Bolsonaro no enfrentamento ao coronavírus. Nem com as provocações criminosas às instituições democráticas e nem com a ação genocida contra o povo brasileiro.

Foi uma decisão ousada fazer um ato político, amplo, com a presença marcante das centrais sindicais, dando ênfase às lideranças femininas, num ambiente virtual.

O segredo do sucesso foi nosso compromisso e determinação em dar um não de fato ao desgoverno Bolsonaro.

O que ficou marcado para a posteridade foi a presença das personalidades das mais diversas correntes de pensamento e das mais expressivas entidades da sociedade civil, de mãos dadas ao movimento sindical, na defesa do futuro promissor do nosso povo.

** Ubiraci Dantas de Oliveira, Bira, é presidente da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil)*

Página 12

Ato rechaça acordo que mantém Netanyahu

"Democracia não convive com anexar Vale do Jordão", afirma ativista israelense

Traduzimos e publicamos a seguir coluna divulgada pelo jornal israelense Haaretz, autoria de Hagai El-Ad diretor da organização israelense, B'Tselem, dedicada à denúncia das agressões aos direitos humanos dos palestinos nos territórios ocupados por Israel, com o título "Não Gantz, democracia não combina com anexação".

No artigo, Hagai El-Ad condena a submissão do opositor Benny Gantz ao premiê Bibi Netanyahu indiciado por fraude, suborno e quebra de confiança. Para entrar para o governo de Ntanyahu, Gantz aceitou firmar documento conjunto no qual se propõem a anexar o Vale do Jordão, um território que abarca um terço da Cisjordânia, território palestino ocupado que integra a base central para a constituição da Palestina livre da ocupação e integrada à solução de paz dos Dois Estados.

No dia em que a Suprema Corte de Israel debate ação movida contra a continuidade de Netanyahu, uma vez criminalmente indiciado, à frente do governo israelense, consideramos oportuno publicar a matéria de Hagai denunciando a característica antidemocrática do governo que se forma com base no assalto a terras palestinas.

NATHANIEL BRAIA

HAGAI EL-AD*

Agora que um acordo de coligação entre o Likud [partido de Netanyahu] e o Kahol Lavan [Azul e Branco, lista com a qual o ex-opositor, Benny Gantz, concorreu ao parlamento e se esfacelou durante o acerto com o governo] foi assinado, vale examinar o seu significado, em particular em duas questões centrais. Para a Kahol Lavan, a folha de figueira que ostensivamente justifica sua entrada no governo de Netanyahu e prova que está se mantendo fiel a seus princípios é a preservação da "democracia e do primado do direito". Para este fim, o partido concordou em "se comprometer" e consentir em movimentos que adiantam a "anexação do Vale do Jordão" programada para o 1º de julho.

Isto é basicamente tudo que se necessita saber acerca do que aqui se pensa, em todos os sentidos, com relação a "democracia". Afinal de contas, não há qualquer conexão entre "democracia e primado do direito" e a continuada dominação sobre milhões de palestinos que não têm nenhum direito.

O que Israel está fazendo para além da linha verde [como são denominadas as fronteiras de Israel até antes da Guerra dos Seis Dias, de 1967] é antidemocrático por sua própria natureza. Os palestinos não têm direitos políticos, não tomam parte em qualquer processo democrático, e todas suas vidas são controladas por sistemas israelenses sobre os quais não possuem nenhuma representação. Nenhuma questão palestina jamais foi parte de alguma eleição, indicação ou promoção para a Suprema Corte, para as cadeiras do Knesset [parlamento israelense], para promover oficiais militares ou indicar ministros do governo, todos estas, instituições que tomam decisões diárias sobre o que ocorre nos territórios.

Como estes são os fatos, toda essa conversa elevada sobre democracia não faz o menor sentido , nem há qualquer sentido em se falar de primado do direito.

O artigo está na íntegra em: www. horadopovo.com.br

Covid-19 e inépcia de Trump desempregam 30 milhões

Nick Oxford-Reuters

Fila de desempregados. Demissões eliminam os postos gerados em uma década

Diante de um quadro sem igual desde a Grande Depressão, diretora do Instituto de Política Econômica, Heidi Shierholz, defende apoio à recuperação da economia: "socorro é crucial", especialmente para os trabalhadores, as pequenas empresas, os Estados e a saúde

O Departamento do Trabalho dos EUA anunciou na quinta-feira (30) que mais de 30 milhões de norte-americanos preencheram pedidos de seguro-desemprego em seis semanas, conforme a pandemia do coronavírus se espraiou pelos EUA. Apenas na última semana, foram 3,8 milhões de pedidos a mais.

Tsunami que reflete a paralisação da economia que se estendeu pelos EUA à medida que o país se tornou o novo epicentro da Covid-19 no mundo, forçando a suspensão das atividades não-essenciais, desde que, em 13 de março, Trump, que dizia antes que era uma "gripe comum", se viu forçado a decretar emergência nacional.

Recordista mundial de Covid-19 com Trump, EUA já ultrapassa um milhão de casos confirmados e 60 mil mortes.

Sem vacina e sem tratamento eficaz, o único modo de evitar o colapso dos hospitais e necrotérios, especialmente em Nova Iorque, foi a decretação do distanciamento social – o "fique em casa" -, para achatar a curva de contágio da Covid-19, com o fechamento de restaurantes, shoppings, revendas de automóveis, comércio, estádios, teatros, salões de beleza, escolas, igrejas e todas as atividades não-essenciais.

Os novos números significam que um em cada cinco trabalhadores norte-americanos ficou desempregado em 45 dias, o que se aproxima dos piores momentos da Grande Depressão, na década de 1930.

"Não há nenhum precedente para números como esses na história americana moderna", assinalou o Washington Post, que acrescentou que todos os empregos gerados desde o crash de 2008 foram perdidos (22 milhões ganhos em uma década, contra 30 milhões perdidos em seis semanas).

Apenas 18 milhões de pedidos de seguro-desemprego já foram aprovados até agora, o que significa que milhões se deparam com a penúria.

Conforme reportagem da Associated Press da semana passada, 7 em cada 8 requerentes na Flórida do período do meio de março até o início de abril ainda estavam aguardando o benefício. Na Califórnia, eram dois terços de todos os desempregados ainda na espera, e 30% em Nova Iorque.

Os sites estaduais – aos quais cabe no sistema dos EUA receber os pedidos de seguro-desemprego – não têm conseguido dar conta de tantos pedidos ao mesmo tempo, forçando os recém demitidos a repetidas tentativas antes de ter seu pedido encaminhado; muitos desistem.

Na Flórida, desde o início da quarentena, os pedidos de seguro-desemprego aumentaram 4.521% em relação a igual período do ano passado (1.592.236 comparado com 35.215).

Por mais assombrosos que pareçam tais números de desemprego, a situação real pode ser ainda mais grave, como registrou o New York Times.

O Instituto de Política Econômica (EPI, na sigla em inglês), conceituado centro de análise liderado pelo economista Dean Baker, estima em 50% os demitidos que não obtêm o benefício, por causa da sobrecarga nos sistemas estaduais ou dificuldades diante das exigências.

Milhões são imigrantes sem documentos; outros, trabalham por conta própria; e também trabalhadores dos aplicativos não elegíveis.

Outro efeito colateral da avalanche de cortes de postos de trabalho foi que 12,5 milhões de famílias ficaram sem plano de saúde em plena epidemia, segundo o EPI, já que o demitido perde o plano contratado pela empresa no sistema de saúde hiperprivatizado dos EUA.

PENÚRIA

Assim, milhões nos EUA se encontram em situação penosa, isso se reflete nas imensas filas de automóveis que se formam para obter comida gratuita, a maioria novos usuários dos bancos de alimentos que nunca mais esperavam passar por isso.

A queda de 7% no consumo no primeiro trimestre – com o peso da queda concentrado na última quinzena de março – em parte expressa essa perda aquisitiva de milhões de pessoas, além do fechamento em si. Milhões deixaram de pagar o aluguel ou a hipoteca.

Assim como milhões ainda não viram a cor do dinheiro do seguro-desemprego, também são milhões os que ainda não receberam o cheque emergencial de US$ 1200, aprovado no pacote do Congresso em março.

Apenas pouco mais da metade do valor alocado no pacote já foi desembolsado, sem que haja explicação para tanta incompetência num quadro de desespero das famílias.

Também os recursos destinados a socorrer pequenas empresas em grande medida foram parar nas maiores, melhor 'relacionadas' com os bancos, incumbidos de sua oferta.

Para a diretora do EPI, Heidi Shierholz, a ajuda e os pacotes de recuperação já aprovados pelo Congresso dos EUA, "não são o suficiente, mais socorro é crucial", especialmente para os trabalhadores, as pequenas empresas, os Estados e a saúde.

DESEMPREGO EM MASSA

A deputada Pramila Jayapal voltou a cobrar que o Congresso passe a lei de sua autoria que possibilitaria que o governo subsidiasse as folhas de pagamento até o valor de US$100.000 anual, que é apoiado por sindicatos e entidades de pequenas empresas e que se baseia em sistemas que já funcionam na Europa.

Como forma de avaliar o impacto da pandemia nos números do desemprego, é interessante comparar com a situação na Alemanha, onde a política, ao contrário dos EUA, não foi de deixar desempregar em massa.

Assim, na véspera do tsunami de demissões, a taxa de desemprego nos EUA era de 4.4%. Considerando 155 milhões de empregados nos EUA, os 30 milhões demitidos implicam em uma taxa de desemprego da ordem de 20%.

Conforme os números divulgados nesta quinta-feira (30) pelo Bureau Federal do Trabalho alemão, o número de desempregados aumentou em 373 mil em abril, para 2,6 milhões, considerado "aumento acentuado", fazendo a taxa de desemprego subir de 5,0% em março, para 5,8% em abril.

Uma em cada três empresas na Alemanha adotou o sistema de Kurzarbeit, de redução da jornada com redução de salário e complementação de parte do governo, sem demissão, num total de 10,1 milhões de trabalhadores, o que é em torno de 25% da força de trabalho alemã.

Então, em termos das respectivas forças de trabalho, a mesma porcentagem foi afetada pela paralisação decorrente da quarentena. Com a diferença que nos EUA principalmente se demitiu, enquanto na Alemanha principalmente se buscou manter o vínculo de trabalho, subsidiando a folha.

Números que confirmam a avaliação dos economistas da Universidade da Califórnia, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, de que em "quase nenhum outro país os empregos estão sendo destruídos tão depressa" quanto nos EUA.

Eles enfatizaram que "esse dramático salto nos pedidos de seguro-desemprego é uma peculiaridade americana". "Mundo afora os governos estão protegendo o emprego", destacaram os dois acadêmicos.

"Os trabalhadores mantêm seus empregos, mesmo nas indústrias que estão fechadas, e o governo cobre a maior parte do salário através de pagamentos diretos aos empregadores", destacaram. "Salários, são, em efeito, socializados durante a duração da crise", enfatizaram.

Em suma, os europeus optaram por subsidiar o pagamento da folha de salários e proteger os empregos em paralelo à quarentena. Já Trump, que resistiu o quanto pôde ao distanciamento social, deixou o desemprego comer solto.

A bem dizer, a modesta melhora no seguro-desemprego (+ US$ 600) e o cheque de US$ 1.200 foi quase o pedágio que Trump teve de pagar para conseguir a aprovação no Congresso do novo bailout de Wall Street que, depois de devidamente alavancado, vai a US$ 4 trilhões.

ANTONIO PIMENTA

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Bate-paus e nazistas invadem assembleias em Michigan e Illinois contra prorrogar quarentena

Patrocinada por magnatas de extrema-direita e sob bênçãos de Donald Trump, uma onda de arruaças, pequenas mas ruidosas, contra o distanciamento social, vem se espraiando pelos EUA – como a irrupção, na quinta-feira (30) de uma milícia neonazista, armada com rifles semiautomáticos, mais algumas dezenas de estafermos, na Assembleia do Michigan, querendo impedir a prorrogação até 28 de maio da quarentena em vigor, determinada pela governadora democrata Gretchen Whitmer, atendendo às recomendações dos especialistas e da OMS.

AFP

Manifestante insulta governador de Illinois com suástica

Manifestante contra a quarentena insulta o governador de Illinois, JB Pritzker, que é judeu, com suástica e saudação nazista – foto de twitter

Também no vizinho Illinois, os fanáticos de Trump invadiram na sexta-feira a assembleia estadual em uma baderna contra a quarentena, onde não faltou a suástica e até a tristemente famosa inscrição na entrada do campo de concentração de Auschwitz "Arbeit Macht Frei" [O Trabalho Liberta]. Detalhe: o governador é judeu. O que mereceu um registro do Washington Post: "slogans nazis vistos no protesto 'reabra Illinois'".

Na sexta-feira, mais desvario em Raleigh, na Carolina do Norte, e em Los Angeles e Sacramento, na Califórnia. No sábado, os trumpistas marcharam até à casa do governador de Nevada, Steve Sisolak – que estendeu o "fique em casa' até 15 de maio.

Leia matéria na totalidade em: www.horadopovo.com.br

Sindicalistas argentinos: "Com unidade vamos vencer emergências de saúde, econômica e social"

Organizações sindicais, sociais, autoridades do governo nacional e dos Estados e municípios da Argentina comemoraram o 1º de Maio com atos virtuais, declarações e distintas ações solidárias, como distribuição de refeições populares, em um contexto de emergência pela pandemia do coronavírus que impede as grandes manifestações que todos os anos marcam o Dia do Trabalhador. Destacaram-se os múltiplos agradecimentos aos trabalhadores que atuam nas áreas essenciais para enfrentar o Covid-19 e ao conjunto da população por respeitar o isolamento social, não obstante seu impacto econômico.

O presidente Alberto Fernández visitou uma fábrica onde se produzem máscaras e macacões médicos e, de lá, saudou "a todos os trabalhadores da Argentina". "Também quero lhes pedir que não baixemos os braços, que não desistamos de nada, que temos tudo por diante", disse.

Ressaltando a importância de respeitar todos os cuidados necessários para superar a pandemia sem mortes e famílias destruídas, referiu-se ao papel que o Estado e os trabalhadores têm no futuro próximo: "O mais importante é que nós mantenhamos a estrutura econômica. A Argentina é um país que tem se destacado porque, durante muitos anos, desenvolveu uma indústria própria e, para nós, o cuidado de nossa indústria é central, porque isso nos dá poder como sociedade, dá trabalho a muitos argentinos". Assinalou que nos anos anteriores houve uma grande destruição do país, mas "juntos sairemos adiante", referindo-se a situação deixada pelo governo anterior, de Macri.

Matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Entidades judaicas repudiam Araújo que chama quarentena de "campo de concentração"

A Confederação Israelita Brasileira (Conib) repudia "de forma veemente" fala do ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, que chamou quarentena de "campo de concentração" nazista.

Em nota publicada em seu portal, exige "uma retratação imedidata de Araújo", deixando claro que "não há comparação possível entre uma medida sanitária, adotada em todo o mundo para combater uma pandemia, a uma ação persecutória e racista contra uma minoria inocente, que culminou com o extermínio de 6 milhões de judeus na Europa".

O Comitê Judaico Americano (American Jewish Committee) considerou "a analogia do ministro do Exterior do Brasil, comparando medidas de distanciamento a campos de concentração nazistas são profundamente ofensivas e inteiramente inapropriadas".

Em sua declaração pelo Twitter – que foi repercutida pelo jornal Times of Israel -, uma das maiores entidades judaicas norte-americanas exigiu que Araújo "peça desculpas imediatamente".

Em nota conjunta, o Instituto Brasil-Israel, Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil "Henry Sobel" e Judeus pela Democracia – SP repudiaramu posicionamentos pró-nazistas de Bolsonaro e Ernesto Araújo.

"O ministro das Relações Exteriores comparou, de forma leviana e indevida, a imposição de quarentena para evitar a propagação da Covid-19 aos campos de concentração da Alemanha nazista, onde milhões de prisioneiros foram assassinados, em grande parte judias e judeus", diz a nota conjunta.

"Constantemente, figuras do atual governo expressam discursos negacionistas, seja contra a catástrofe ecológica ou a atual pandemia desencadeada pelo coronavírus", segue a declaração na qual "ofuscam as diferenças entre o nazismo e o comunismo dando à mutação do vírus a condição de complô internacional, além de outros disparates."

"Esse texto emana de um chanceler, mas está alinhado a um governo que não se furtou à possibilidade de plagiar discursos de Goebbels e exaltar a intervenção militar em seu pior ato, o AI5. Tal revisionismo não é ausente de efeitos, ao contrário, ele reforça e impulsiona narrativas mentirosas que fomentam atos e falas de ódio, do racismo ao machismo, do antissemitismo à xenofobia. São os mesmos raciocínios que estão na base desses textos, intelectualmente rasos e politicamente criminosos", declaram ainda as entidades.

Arce: "Defendemos o direito à vida, à saúde e os direitos políticos dos bolivianos"

"O direito à vida, à saúde e aos direitos políticos não são incompatíveis. Agora, nas eleições, defenderemos o nosso povo dos ataques da pandemia da covid-19 e da tentativa do governo da autoproclamada Añez de entregar as nossas principais riquezas naturais estratégicas, como o lítio, para empresas norte-americanas". A afirmação é do ex-ministro Luis Arce Catacora, candidato à presidência da Bolívia pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), destacando a importância da Assembleia Legislativa Plurinacional ter aprovado para os próximos 90 dias, a partir de 3 de maio, a realização de novas eleições. Em entrevista exclusiva, Arce alertou que a situação é extremamente caótica no seu país com o avanço do novo coronavírus e que, diante do crescente número de contágios e mortes, "a prioridade deve ser a de defender a vida e a saúde da população". "Não há contratação de médicos e enfermeiros, não há respiradores e equipamentos, não há sequer provas para detectar o novo coronavírus. Precisamos investir na saúde pública, e já", frisou.

Boa leitura.

LEONARDO W. SEVERO

Foto 21

Arce, ex-ministro da Economia, é o candidato do MAS a presidente da Bolívia no pleito previsto para daqui a 90 dias

Passados mais de seis meses de governo autoproclamado, e em meio ao agravamento da situação da saúde pública devido à pandemia da Covid-19, o parlamento boliviano marcou a data de novas eleições. Como será o processo?

Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que foi a autoproclamada presidenta Jeanine Añez, deste governo que se dizia transitório, quem postergou as eleições marcadas para 3 de maio. O argumento utilizado era a pandemia do novo coronavírus e a necessidade de cuidar da saúde das pessoas, mas na verdade desde o início deixou claro que o objetivo era adiar o processo eleitoral para perpetuar-se no poder.

Diante disso, a Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia, em conformidade com o seu mandato constitucional, aprovou para os próximos 90 dias, a partir de 3 de maio, a realização de novas eleições. Afinal, o direito à vida, à saúde e aos direitos políticos não são incompatíveis, assim reconhecem as convenções e os tratados internacionais.

Temos o compromisso de defender o nosso povo dos ataques da pandemia do covid-19 e da tentativa dos golpistas de entregar as nossas riquezas naturais estratégicas, como o lítio, a empresas norte-americanas.

A entrevista na íntegra está em: www.horadopovo.com.br

Jornalista Assange, fundador do WikiLeaks

Defesa de Assange consegue adiar julgamento da extradição

A audiência de extradição do jornalista e fundador do WikiLeaks, Julian Assange, que estava marcada para 18 de maio, foi adiada após interpelação apresentada por sua defesa de que a pandemia de coronavírus tornava o julgamento "impossível" e "perigoso do ponto de vista médico".

Com a Grã Bretanha chegando ao dobro dos casos de Covid-19 da China, e cinco vezes o número de mortos, e o país sob rigorosa quarentena, cuja manutenção foi determinada pelo primeiro-ministro Boris Johnson, tornara-se insustentável a intenção da juíza Vanessa Baraitser de manter a data de maio.

Como o advogado Edward Fitzgerald ressaltou, não há qualquer possibilidade da audiência de extradição ser realizada de maneira justa, debaixo da quarentena decorrente da pandemia, com Assange, testemunhas, equipes jurídicas, imprensa e público impossibilitados de comparecer pessoalmente.

"Sob a epidemia de coronavírus, não é possível preparar este caso", acrescentou Fitzgerald, que relatou não ter acesso direto a seu cliente há mais de um mês.

O recuo veio em um audiência preliminar por videoconferência na corte de Westminster na segunda-feira (27) e conforme o portal RT o julgamento do pedido de extradição apresentado pelo regime Trump poderá ser adiada até 2 de novembro, a mais próxima data onde três semanas consecutivas estão disponíveis, tempo que a juíza considera necessário para a análise do caso.

Baraitser disse que a nova data deverá ser anunciada dentro de uma semana. A promotoria apoiou o apelo da defesa de que seria "opressivo sob as circunstâncias atuais requerer que Assange" comparecesse ao tribunal enquanto a Grã Bretanha estava sob quarentena.

No mês passado, a juíza havia negado à defesa de Assange apelo para que o jornalista fosse liberado por fiança ou colocado em prisão domiciliar, em razão da pandemia. Um preso do presídio de Belmarsh já morreu de Covid-19, e seriam dezenas os casos de presos e guardas penitenciários infectados.

O risco de vida que Assange está correndo em Belsmarsh tem sido denunciado por juristas, personalidades médicas, associações de jornalistas e pelo relator da ONU sobre Tortura, Nils Melzer.

Há duas semanas, ao se completar 1 ano da detenção de Assange na 'Guantánamo britânica', três sindicatos de jornalistas franceses enviaram ao preso político mais famoso do mundo carta de solidariedade e de apoio à sua imediata libertação.

As entidades denunciaram que a prisão de Assange foi "puramente arbitrária, por critérios políticos" e repudiaram a decisão do juiz do caso de extradição de se recusar a libertá-lo, ou transferi-lo para prisão domiciliar, "nestes tempos de pandemia, em que as libertações são massivamente concedidas a prisioneiros de vários países do mundo".

O fundador do WikiLeaks está sendo acusado de 'espionagem' por ter divulgado os documentos do Pentágono que registram crimes de guerra cometidos no Iraque e no Afeganistão, divulgados em 2010, junto com os principais jornais do mundo. Pelas acusações já mostradas, está ameaçado de 175 anos de cárcere.

Entre esses documentos oficiais, está o vídeo que ficou conhecido como "Assassinato Colateral", filmado desde um helicóptero de guerra Apache, e que registra o massacre de civis desarmados, inclusive dois jornalistas da Reuters, e até de um pai que levava os filhos para a escola e parou para socorrer as vítimas.

Inclusive transcreve os diálogos entre o comando em terra e os pilotos, e a ordem para matar. Enquanto esses pilotos criminosos de guerra e os operadores de terra da invasão permanecem livres, quem denunciou é perseguido e ameaçado de prisão ou pior, depois de operação de "assassinato de reputação" que lhe foi movida por Washington, com a conivência de autoridades suecas, inglesas e do traíra equatoriano Lenin Moreno.

"Precisamos de você", reiteram os jornalistas franceses na carta a Assange, que acrescenta que o jornalista australiano "se tornou um símbolo da liberdade de informar".

Também o atual editor do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, tem advertido que em Belmarsh "a vida de Assange corre perigo cada dia e cada hora". "É um indivíduo muito vulnerável, especialmente ante o vírus da Covid-19. Ele tem um afecção pulmonar subjacente e seria considerado em grande risco inclusive se vivesse normalmente em sociedade", ressaltou.

A extradição de Assange por tornar público crimes estatais cometidos durante a invasão de outro país, quando ele é um cidadão australiano e o WikiLeaks não tem sede nos EUA, abriria o precedente de Washington se arrogar o 'direito' de encarcerar qualquer jornalista em qualquer lugar do mundo, que revele uma verdade inconveniente aos olhos da CIA, do Pentágono ou da Casa Branca.

China vence Covid-19 apoiada na ciência e nos Comitês de bairros

China.org.cn

Motorista de ônibus e voluntário, Xiang Jun ajuda paciente a deixar hospital

Esses Comitês, com sua longa experiência de mobilização, garantiram que 98% dos 11 milhões de habitantes de Wuhan passassem por exames médicos e mantivessem a quarentena

A política vitoriosa da China contra o coronavírus tem se sustentado numa linha de frente de combate à enfermidade com ciência, organização e disciplina, em um Estado centralizado e próximo ao seu povo: os comitês de bairro.

Tendo suas raízes na década de 50, com Mao Tsé-Tung, os Comitês de Bairro mobilizaram e defenderam recentemente a população durante os dias mais difíceis da luta pela saúde, assim como mantêm vivo o alerta frente à possibilidade de uma nova onda de infecção. Ainda que o surto esteja interrompido, milhões de voluntários continuam a medir a temperatura dos moradores, garantindo a confiança e fortalecendo a esperança.

"Voltando à minha comunidade residencial após algumas compras no supermercado, ajusto minha máscara e enrolo uma manga para expor um pulso: 'Verificação de temperatura, passe do residente, por favor' ", diz o jornalista Wang Wenwen to jornal Global Times . A solicitação realizada por uma pessoa mascarada é considerada como uma rotina normal em Pequim e todos se sentem mais seguros com isso. Conforme Wang, "é um imperativo para todos, a fim de proteger a cidade e o bairro do coronavírus. Todo mundo sabe muito bem: se você está doente e com febre, jamais pense em sair e espalhar a doença", assinala.

São esses comitês, todos eles compostos por voluntários, quem determinam as regras de entrada e de saída dos moradores, medindo a temperatura de todos e acompanhando a saúde de cada um para impedir que a doença se espalhe. A rigorosa disciplina foi mantida ao longo de fevereiro mesmo no frio congelante de Pequim.

HERANÇA DE MAO

Com extremo orgulho, os chineses descrevem os Comitês de Bairro como uma herança de Mao Tsé-Tung. Eles foram compostos pelos 200 primeiros que se registraram na rua Shangyangshi, de Hangzhou, logo após a fundação da República Popular da China em 23 de outubro de 1949, e foram às urnas para eleger o presidente do seu comitê.

Eleitos por 3 anos pelos domicílios registrados, o presidente e o secretário são certificados pelos governos locais. Entre as responsabilidades dos Comitês está a de instruir os residentes locais sobre a Constituição, políticas e leis; coletar a inscrição do prédio e do local do prédio, e marcar os documentos; ajudar a apoiar os direitos legítimos dos residentes; proteger a propriedade pública; organizar eventos de entretenimento para a comunidade; apaziguar problemas corriqueiros; colaborar com a segurança pública; governar a higiene em áreas comuns; cuidado dos idosos e deficientes, educação de jovens e melhoria da seguridade social e trazer as necessidades e sugestões dos cidadãos à atenção do governo.

O enfraquecimento no sistema de Comitês de Bairro durante o período de enriquecimento rápido chinês, voltado ao mercado externo – entre 1992 e 2002 – trouxe consequências visíveis e daninhas: os crimes econômicos aumentaram, assim como a insegurança pública.

No 11º Plano Quinquenal, os comitês foram revividos quando o modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno foi adotado. A partir de 2006, o Partido Comunista da China concentrou-se em aperfeiçoá-los, sem o que não poderiam estar cumprindo este estratégico papel.

CARINHO PELAS PESSOAS

De acordo com o secretário-geral do Partido Comunista da China, Xi Jinping, "o foco da governança social deve estar no urbano e nas comunidades", pois "quando os serviços comunitários e os recursos de gerenciamento são aprimorados, as comunidades se tornam mais estáveis". "A estabilidade real na China depende de nossos camaradas que estão trabalhando no nível de base", enfatiza.

Frente à terrível ameaça do Covid-19, os comitês tiveram a oportunidade de ativar mais de cinco décadas de experiência e de mobilização, garantindo que 98% dos 11 milhões de habitantes de Wuhan passassem por exames médicos, garantindo o imprescindível distanciamento preventivo.

Foram milhares os voluntários que atenderam as necessidades alimentares diárias de pessoas que não podiam sair de casa, uma a uma. A situação é ainda mais delicada – e poderia ter sido caótica – porque a maioria dos edifícios em Wuhan é antiga e não possui elevadores. Diante disso, teria sido impossível atender idosos e pessoas vulneráveis no transporte de materiais por escadas sem os comitês de bairro e voluntários.

A imprensa chinesa registrou o heroico trabalho dos comitês de bairro em Jiangsu, com os seus voluntários batendo de porta em porta, garantindo, efetivamente, que toda a população tivesse acesso à saúde e higiene básicas. Dado o fato de trabalharem com afinco e sem trégua, foram elogiados pela sociedade. Honrados, os presidentes das comissões relatam receberem em média 600 ligações telefônicas por dia.

A Matéria foi produzida com apoio em artigo do representante do Partido Patriótico da Turquia para a China e membro do seu Comitê de Relações Internacionais, Adnan Akfirat. O artigo é denominado "O segredo do sucesso da China: Comitês de Bairro", publicado no portal Defense Democracy Press

Kim Jong-Un reaparece saudável no Primeiro de Maio e cala boatos

STR/AFP

Líder da Coreia Popular inaugura fábrica de fertilizantes

O líder da República Popular Democrática de Coreia, Kim Jong-Un, participou da cerimônia de inauguração de uma fábrica de fertilizantes em Sunchon, ao norte da capital Pyongyang, informou a Agência Central de Notícias norte-coreana (KCNA). Esta foi a primeira atividade pública do líder coreano desde o dia 11 de abril.

Repercutida pelas agências Sputniknews e Russia Today, entre outras, a KCNA detalhou que a visita aconteceu no 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, e Kim Jong-Un esteve acompanhado por sua irmã, Kim Yo-jong, e dirigentes políticos como Pak Pong-ju, Jo Yong-won, Pak Thae-song e Kim Dok-hun. A aparição do dirigente desmontou os boatos repetidos à exaustão sobre sua suposta morte ou grave doença.

O ministro da Unificação da Coreia do Sul, Kim Yeon-chul, já tinha afirmado na terça-feira (28) que essas eram notícias falsas e chamou de "infodêmico" um relatório sobre sérios problemas de saúde de Kim Jong-Un, conforme informação da agência Yonhap, citada por Sputniknews.

Kim Jong-Un cortou a fita na cerimônia, tirou fotos e cumprimentou os trabalhadores que o receberam em Sunchon na inauguração da fábrica de fertilizantes que ajudará o país fortalecer sua autossuficiência na produção de alimentos e ampliar o desenvolvimento.

Inquilinos desempregados de Nova Iorque exigem suspensão dos aluguéis na pandemia

Inquilinos de um prédio inteiro se declaram em greve

No 1º de Maio, novaiorquinos participaram de um grande ato pelo cancelamento dos aluguéis incluindo cartazes e faixas abertos de suas janelas ou nas fachados dos prédios, painéis em pontes sobre o rio Hudson, buzinaço em frente à casa do governador do Estado, Andrew Cuomo e uma caminhada com os inquilinos usando máscaras com a inscrição "Greve de aluguéis".

Além da manifestação, milhares de inquilinos já disseram que participam da greve dos aluguéis e que não vão pagar aqueles com vencimento em maio.

Os inquilinos alegam que o lockdown, devido à propagação da Covid-19, desorganizou suas finanças e levantam palavras de ordem como "Greve de aluguéis", "Cancele os aluguéis, Cuomo", "Não posso pagar, não vou pagar" e "Primeiro comida, depois aluguéis".

Morgan Mckay, um dos organizadores do protesto, via twitter, chamou os inquilinos a marcharem até a sede do governo para exigir o cancelamento, afirmando: "Milhões não têm como pagar os aluguéis hoje. Nós não podemos pagar, não vamos pagar".

"As pessoas não podem pagar", afirmou, esta semana, a deputada federal Alexandria Ocasio-Cortez, do Partido Democrata e que fez campanha pela indicação de Bernie Sanders a candidato à Casa Branca. "Não se pode coagir alguém a fazer algo que não pode fazer", disse ela com sua costumeira franqueza e simplicidade.

A greve dos aluguéis acontece no momento em que os dados das agências governamentais mostram que 30 milhões de norte-americanos ficaram desempregados por todo o país como consequência da pandemia. Só em Nova Iorque, estima-se que 1,6 milhão perderam emprego e muitos não conseguem acessar os sobrecarregados sistemas de seguro-desemprego.

Covid-19: 100 corpos são encontrados em dois caminhões de mudança em NY

Mais de 100 corpos foram encontrados na última quarta-feira dentro de dois caminhões de mudança no bairro do Brooklyn, em Nova Iorque, após moradores terem alertado a polícia do mau cheiro exalado dos veículos.

Estacionados do lado de fora de uma funerária, os corpos estavam em decomposição e os caminhões, que concentravam 50 cadáveres cada, não possuíam qualquer tipo de refrigeração.

Após atingir o seu limite máximo de transporte de corpos há mais de um mês, a funerária passou a alugar os caminhões de mudança. Segundo testemunhas, há pelo menos quatro semanas a empresa vinha realocando cadáveres de um caminhão para outro.

Até esta sexta-feira, somente em Nova Iorque, 18.321 perderam a vida com o coronavírus, enquanto os Estados Unidos continua sendo o epicentro da enfermidade, com 1,12 milhão de infectados e quase 65 mil óbitos.

O dono da agência funerária que alugou os veículos, Andrew T. Cleckley, alegou que os corpos somente começaram a feder quando o sistema refrigerador dos caminhões "parou de funcionar".

Condenando o descaso, o Departamento de Saúde de Nova Iorque frisou que "os diretores de agências funerárias são obrigados a armazenar os falecidos que aguardam o enterro ou outra disposição final em condições apropriadas e a seguir suas precauções rotineiras de prevenção e controle de infecções".

Diante da péssima repercussão dos acontecimentos, a Prefeitura de Nova Iorque enviou recursos e equipamentos apropriados para auxiliar no cuidado dos corpos e a Justiça avalia quais as medidas penais a serem tomadas.

Japão manterá estado de emergência contra a pandemia até 31 de maio

Apesar da recente queda no número de casos da Covid-19 no Japão, o primeiro-ministro Shinzo Abe afirmou na segunda-feira que ainda é muito cedo para flexibilizar as medidas de combate à pandemia e anunciou a sua prorrogação até o final do mês.

"Vou estender até 31 de maio o período do estado de emergência que declarei em 7 de abril. A área coberta inclui todos os municípios do país", anunciou Abe.

A decisão do primeiro-ministro foi tomada após cientistas advertirem para os riscos que o abrandamento das restrições poderia trazer para a saúde pública, que contabiliza mais de 15 mil contagiados e 556 mortos.

O estado de emergência foi instalado em Tóquio e outras seis regiões do país, de 126 milhões de habitantes, sendo logo ampliado para todo o território nacional, permitindo ao governo estimular a população a ficar confinada e a fechar estabelecimentos comerciais. No entanto, a medida não permite que as autoridades adotem restrições à circulação de pessoas e nem prevê sanções.

De acordo com as associações de médicos, os hospitais podem entrar em colapso em breve com o avanço da pandemia. O risco é alto, adverte a Sociedade Japonesa de Medicina Intensiva, uma vez que o número de leitos de UTI é extremamente baixo: 6.500, cinco para cada 100.000 habitantes, menos da metade da taxa na Itália.

Diante disso o governo disse que vai utilizar hotéis para instalar pacientes que sofrem sintomas leves.

A República e a formação do caráter nacional - (4)

Continuação da edição anterior

Em meio à guerra mais sangrenta da História do país, o tema de Castro Alves é a escravidão. Ou, melhor, a necessidade de acabar com ela. Mas era isso o que a guerra tornava premente

CARLOS LOPES

Houve **139 mil** combatentes brasileiros na Guerra do Paraguai – e **50.000** não voltaram vivos. Não poucos, nem mortos voltaram (v. Francisco Doratioto, **"Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai"**, 2ª ed., p. 483; como observa Doratioto, isso significa que **1,5%** da população brasileira da época esteve na Guerra).

Não temos publicada, ainda, toda a correspondência de Caxias. Por isso, não temos as respostas de Osório a Caxias. Mas, do general Osório, temos a carta a seu filho, Fernando Osório, enviada de Tuiuti para São Paulo:

"Recebi, no primeiro do corrente, a tua carta de 29 de Abril. Estimei saber que passas bem e assim vais nos teus estudos, a que desejo te apliques e que enquanto eu for vivo não te lembres de ser militar" (carta de 05/07/1866).

Era uma estranha guerra, no meio da qual o maior poeta brasileiro da época, Castro Alves, escreveu seu maior poema. Entretanto, ele mal fala – se é que fala – da guerra:

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança…
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!…

Não é claro a que guerra Castro Alves está se referindo. Não deve ser a do Paraguai, que, em 1868, quando "Navio Negreiro" foi escrito – e declamado pelo poeta, no dia Sete de Setembro, em São Paulo – estava ainda longe de acabar.

Em meio à guerra mais sangrenta da História do país, o tema de Castro Alves é a escravidão. Ou, melhor, a necessidade de acabar com ela.

Mas era isso o que a guerra tornava premente.

Um de seus principais biógrafos frisa que a guerra do Paraguai "não teve a simpatia de Castro Alves":

"… só há uma de suas poesias O Pesadelo de Humaitá que trate deste assunto, e estava de hóspede no Rio, na redação de um diário carioca, assistindo à passagem de uma manifestação patriótica – e provocado ou solicitado, produziu aqueles versos, que, embora aplaudidos, lhe mereceram a condenação de artista – 'não se publica': foi a nota que lhes pôs à margem" (cf. Afrânio Peixoto, **Castro Alves, o poeta e o poema**, 2ª ed., CEN, 1942, p. 295).

Realmente, Castro Alves deixou para o seu desafeto, e medíocre poeta, Tobias Barreto, a Guerra do Paraguai como tema (não se sabe se ele riu ao ler o poema de Tobias: *"Que leio em vossa alma inquieta?/ Queda de Montevideu:/ Tombaste, diz o profeta,/ E o raio aplaude no céu!// Pernambuco agita a coma,/ Irrita-se um pouco e toma/ O peso do Paraguai;/ Dá de escárnio uma risada,/ Cerra o punho e a sua espada/ Desembainha-se e vai…"*).

Em compensação, Tobias, que era mulato, ignorou a escravidão, exceto para dizer que Deus era o culpado *("Se Deus é quem deixa o mundo/ Sob o peso que o oprime,/ Se ele consente esse crime,/ Que se chama a escravidão,/ Para fazer homens livres,/ Para arrancá-los do abismo,/ Existe um patriotismo/ Maior que a religião.// Se não lhe importa o escravo,/ Que a seus pés queixas deponha,/ Cobrindo assim de vergonha/ A face dos anjos seus,/ Em seu delírio inefável,/ Praticando a caridade,/Nesta hora a mocidade/ Corrige o erro de Deus!…")*.

Entretanto, existe uma menção à Guerra do Paraguai no final do poema de Castro Alves, de 1867, dedicado à vitória baiana e brasileira na Guerra de Independência, **Ao dous de julho**:

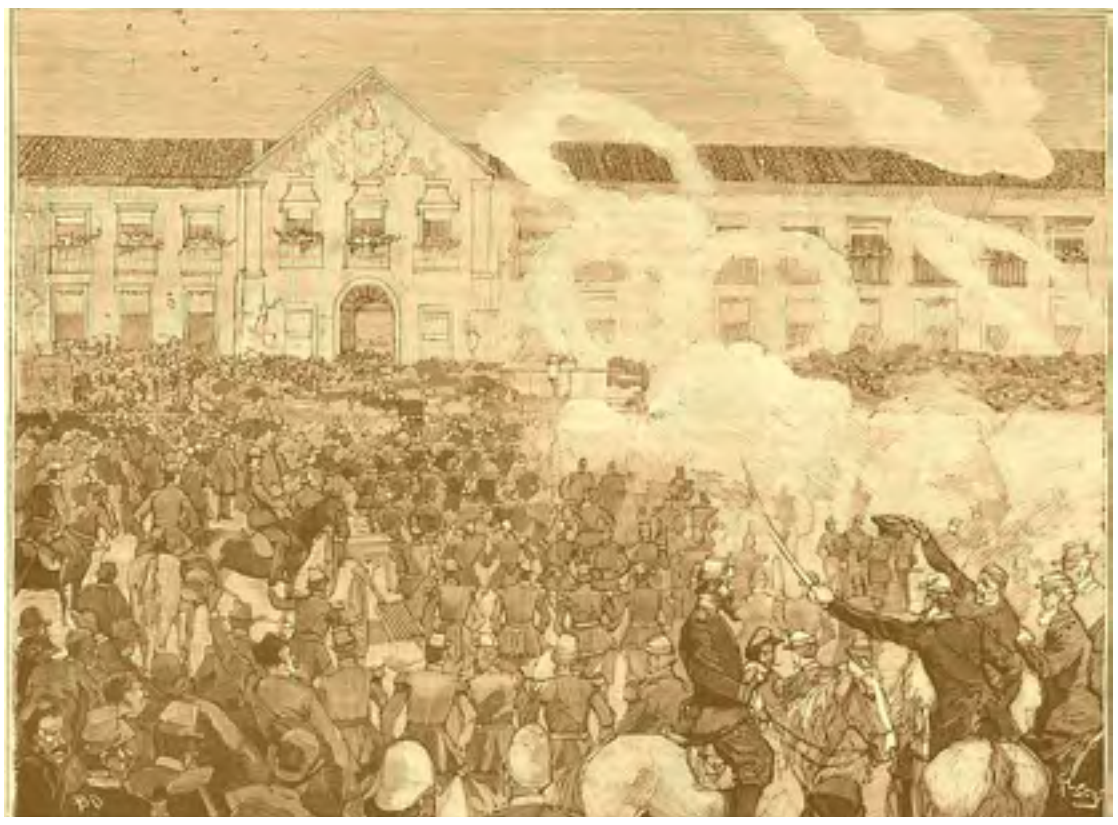
Mãos, que, outrora de crianças
A rir — dentaram as lanças
Dos velhos de Pirajá…
De homens hoje, as empunhando,
Nas batalhas afiando,
Vão caminho de Humaitá!..
Basta!… Curvai-vos, ó povo!…
Ei-los os vultos sem par,
Só de joelhos podemos
N'est'hora augusta fitar
Riachuelo e Cabrito,
Que sobem para o infinito
Como jungidos leões,
Puxando os carros dourados
Dos meteoros largados
Sobre a noite das nações.

E existe outro poema de Castro Alves especificamente sobre a Guerra do Paraguai – mas sobre seus órfãos e seus mortos anônimos: **"Quem dá aos pobres, empresta a Deus"**, datado "São Salvador, 31 de outubro de 1867":

Eu, que a pobreza de meus pobres cantos
Dei aos heróis – aos miseráveis grandes -,
Eu, que sou cego, – mas só peço luzes…
Que sou pequeno, – mas só fito os Andes…
Canto nest'hora, como o bardo antigo
Das priscas eras, que bem longe vão,
O grande NADA dos heróis, que dormem
Do vasto pampa no funéreo chão…
(…)
E foram grandes teus heróis, ó pátria,
– Mulher fecunda, que não cria escravos -,
Que ao trom da guerra soluçaste aos filhos:
"Parti – soldados, mas voltai-me – bravos!"
E qual Moema desgrenhada, altiva,
Eis tua prole, que se arroja então,
De um mar de glórias apartando as vagas
Do vasto pampa no funéreo chão.
E esses Leandros do Helesponto novo
Se resvalaram — foi no chão da história…
Se tropeçaram — foi na eternidade…
Se naufragaram — foi no mar da glória…
E hoje o que resta dos heróis gigantes?…
Aqui — os filhos que vos pedem pão…
Além — a ossada, que branqueia a lua,
Do vasto pampa no funéreo chão.

***

Não é muito diferente, em conteúdo, o que escreveu, já em 1866, José de Alencar, pela imprensa, nas suas **"Cartas Políticas de Erasmo"**. Alencar, entretanto, é muito mais contundente, até porque, além de grande escritor, é um dos principais políticos do Partido Conservador – nessa época, na oposição. Por exemplo:



Quinze de novembro: gravura publicada em Le Monde Illustré, de Paris, edição de 21 de dezembro de 1889

"A guerra que sustentamos é desde sua origem um tecido de incongruências e desacertos. Só há em toda ela de nobre, digno e consolador, a intrepidez de nossos marinheiros e soldados. Virtude espontânea do homem e do povo produziu-se independente do governo, e apesar dos esforços adrede empregados para abafá-la."

"O sangue generoso do Brasil é neste momento entornado a jorros nos charcos do Paraguai."

"Meu Deus! Quanto são pródigos da honra e sangue da nação os homens que se erigiram em árbitros de seus destinos?"

"Não se concebe que o Brasil possa em condição alguma sofrer maiores humilhações do que tem curtido sob a influência maléfica da política internacional inaugurada em 1864 [isto é, a intervenção no Uruguai]".

"O abismo nos invoca. Só não o veem diante aqueles a quem alucina a vertigem do poder. Esses, enquanto o país estorteja, deleitam-se na compostura de frases perluxas e nos guisos de suas ocas palavras. Pensam eles que se conjura calamidade tamanha com a fofa presunção e o talento da ninharia."

"Fomos vítimas de súbita demência política; estranha revulsão sopitou em 1864 o bom senso nacional."

E, diretamente para Pedro II:

"A paz é uma grande vergonha…. (…) A paz é um ato de miséria…. (…) A paz é uma vilania… (…) Mas, senhor, há coisa pior que a paz. Há outra vergonha, outra miséria, outra vileza superior a essa. É a guerra como a tem feito vosso governo."

***

A Guerra do Paraguai fora popular em seu início, devido à invasão do território nacional por Solano López, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, como relata o maior cronista político da época, Machado de Assis:

"Pouco depois [da intervenção do Império no Uruguai] *veio o insulto do Paraguai.*

"Assim é que o povo brasileiro se levantou de todas as partes, enérgico e entusiasta, para defender os seus irmãos ofendidos na campanha oriental e na província de Mato Grosso.

"O movimento popular cresce de dia para dia. As fileiras dos voluntários vão enchendo de patriotas" (cf. Diário do Rio de Janeiro, 25 de abril de 1865, in Machado de Assis, **Obra Completa**, Volume III, Aguilar, 1986).

E, na edição seguinte do mesmo semanário:

"Não é decerto um acontecimento novo a declaração da guerra do Paraguai à Confederação Argentina; já se esperava, segundo as últimas notícias. Também não é novidade a maneira por que López fez essa declaração; não se esperava outra coisa.

"Que quer o marechalito?

"Quer perder-se. Perdido estava ele. Bastavam as forças do império para mandá-lo passear. As armas do Brasil não carecem de dar novas provas do seu valor e do seu poder. Mas, como se lhe não bastara a honra de morrer às mãos dos brasileiros, o mata-mouros conjura contra si todas as forças organizadas da vizinhança.

"As palavras do general Mitre: em três dias nos quartéis, em quinze dias na campanha, em três meses em Assunção, – se forem seguidas de uma execução imediata, marcam o caminho de todo o governo enérgico e ativo em circunstâncias tão graves" (Machado de Assis, **idem**, 2 de maio de 1865).

Essa era a ilusão geral. Não de Machado, nem apenas de Mitre, mas do governo imperial:

"… as estimativas bastante subdimensionadas do ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima, apontavam para um efetivo paraguaio total de 16.680 homens, mais 7 a 8 mil reservistas" (cf. Cesar de Oliveira Lima Barrio, **"O Império do Brasil e a Política de Intervenção no Rio da Prata (1843-1865)"**, FUNAG, 2018, p. 384, nota).

Solano López tinha um exército composto por **77 mil** homens.

Contra **18 mil** e **320** homens do Exército brasileiro (cf. Francisco Doratioto, **op. cit.**, p. 91).

Apesar disso, *"as notícias que chegavam da legação imperial no Paraguai em nada desencorajavam a ação militar – ao contrário, segundo César Sauvan Viana de Lima, ministro brasileiro em Assunção, López 'não se lançaria em uma aventura militar' e, mesmo que o fizesse, seria derrotado 'sem grande esforço'"* (cf. Cesar de Oliveira Lima Barrio, **op. cit.**, p. 407).

Desencadeada a guerra, Solano López ajudou bastante a coesionar o Brasil contra o Paraguai, ao invadir nosso território. O mesmo aconteceu com a Argentina, onde Urquiza se uniu a Mitre, depois da invasão de Corrientes.

"Se depois do espetáculo das orelhas enfiadas numa corda e expostas à galhofa dos garotos de Assunção, houver um país no mundo que simpatize com o Paraguai, não precisa mais nada — esse país está fora da civilização" (Machado de Assis, **idem**, 07/02/1865).

Poderia ser, apenas, o grande Machado em mau momento, repetindo a propaganda de guerra do Império.

Entretanto, é uma referência, não de todo exata, a um episódio durante a invasão de Mato Grosso pelos paraguaios:

"Ocupada Corumbá, em 4 de janeiro, o coronel Barrios enviou o Iporá e o Rio Apa em perseguição ao Anhambaí que, alcançado após quatro horas, foi empurrado para a margem, onde encalhou e foi abordado. Poucos marinheiros brasileiros escaparam com vida; foram mortos com espadas e machadinhas aqueles que ficaram a bordo e a tiros os que tentaram escapar a nado. Os mortos tiveram suas orelhas arrancadas e penduradas em cordas nos mastros do Iporá, segundo diário de passageiro não identificado do vapor britânico Ranger, que estivera em Corumbá depois de sua ocupação. Conforme esse diário, o Iporá aportou em Assunção com produtos saqueados em Mato Grosso, tendo 'à vista do público uma corda contendo grande quantidade de orelhas humanas, postas a secar, que pertenciam aos infelizes tripulantes da Anhambaí'" (cf. Francisco Doratioto, **op. cit.**, p. 104).

A fonte de Machado parece ter sido a imprensa de Buenos Aires – reproduzida pela do Rio de Janeiro.

Porém, o relato apareceu, antes do fim da guerra, após sua rendição em Angostura, nas memórias de um dos principais oficiais de Solano López, responsável pela construção das defesas de Humaitá e Curupaiti, o engenheiro inglês George Thompson.

É verdade que, quando o livro foi publicado, em 1869, Solano López condenara Thompson, por sua rendição, à morte – e o livro é francamente contra López. Mas, também, tem um tom abertamente anti-brasileiro, em especial, anti-Caxias, transformado, no melhor dos casos, em fiel executor dos planos de Mitre.

Como estamos discutindo algo escrito pelo maior escritor brasileiro, transcrevemos, literalmente, o que está no livro de Thompson:

*"Se desprendieron botes para dar caza a los fujitivos, y todos los que tomaron fueron asesinados. Los paraguayos cortaron las orejas a los muertos y las ensartaron en cuerdas, qué amarraron en los obenques del **Ypora**. Cuando algún tiempo después llegó el **Ypora** a la Asunción, las orejas fueron retiradas inmediatamente por 'orden suprema'; y cuando este hecho atroz llegó a conocimiento de la prensa bonaerense, el **Semanario**, diario oficial del Paraguay, rechazó la calumnia con indignación"* (Thompson, **"La Guerra del Paraguay"**, Imprenta Americana, Buenos Aires, 1869, pp. 41-42).

***

Na homenagem a Osório após a guerra, em 6 de agosto de 1871, o principal orador, em Porto Alegre, foi o coronel alagoano Deodoro da Fonseca.

Osório respondeu ao discurso de Deodoro:

"… peço-vos, sr. coronel que, como um dos heróis, que fostes, desta guerra, aceiteis, para transmitir a vossos camaradas, a manifestação da profunda gratidão que voto ao heroico Exército vingador das injúrias à Pátria, e os sentimentos que me inspiram o seu valor, o seu devotamento e incomparável abnegação" (cf. R. Magalhães Júnior, **"Deodoro, a Espada contra o Império"**, Volume I, CEN, 1957, p. 132).

Deodoro, como ele mesmo dizia, "fizera a guerra do Paraguai de fio a pavio".

Três dos irmãos de Deodoro morreram na Guerra do Paraguai.

Era geral o sentimento, entre os oficiais brasileiros que participaram da Guerra, de que a monarquia – e, especialmente, Pedro II – mandou-os a um matadouro, sem plenas, ou com muito poucas, condições de combate.

Isso aparece até mesmo na correspondência de um homem tão discreto quanto Floriano Peixoto. Em 1879, escrevendo do Recife, onde servia, a um amigo, João Soares Neiva, também militar e também participante da Guerra do Paraguai, diz Floriano:

"Tens razão, o Paraguai estragou a todos nós, não valemos mais nada" (cf. Artur Vieira Peixoto, **"Floriano – memórias e documentos"**, vol. I, MEC, 1939, p. 94).

Em 1882, de Maceió, ele escreve ao mesmo amigo:

*"Lembro-me com saudade daqueles bons tempos em que a crença afagava o coração. Nada fiz, porque falharam-me os recursos necessários, mas sempre trabalhei abraçado ao patriotismo. Hoje os **"Pipocas"** e outros **ejusdem** [=a mesma coisa] falam com escárnio dos serviços de guerra e procuram a todo transe matar qualquer aspiração. Têm razão: o Brasil há de custar a regenerar-se, o filhotismo continua de colo alçado e desbragado. Se aparecer outra campanha, virão os pagãos que têm couro grosso, os **batizados** ficarão nessa Corte, **dando planos** sob a influência do bom café, ao sabor do fumo de perfumado **havana**"* (cf. **op. cit.**, p. 97).

Floriano participara da guerra desde o cerco de Uruguaiana até Cerro-Corá, onde foi morto Solano López. Ou seja, de toda a guerra. Tal como Deodoro, foi um dos oficiais recomendados, para promoção e condecoração, por Osório.

Era, também, como Osório, membro do Partido Liberal (a impressão que se tem, ao ler documentos do século XIX, é que todos os oficiais pertenciam a um ou outro partido; Deodoro, por exemplo, era membro do Partido Conservador).

Mas Floriano estava farto – inclusive do Partido Liberal. O motivo **imediato** transparece em outra carta, enviada da Paraíba, em que se refere ao seu trabalho como "delegado especial" para coordenar os exames preparatórios às escolas superiores em Alagoas:

"Prossigo no sistema da justiça e esta será feita. Bem sabes que jamais servirei de instrumento de vingança para satisfação de quem quer que seja. Sou liberal de convicção, a política nada tem que ver com as amizades do serventuário e muito menos com o que é justo. Respeito todas as convicções e sabem também que tenho amigos íntimos filiados aos conservadores" (cf. carta a João Soares Neiva de 01/12/1882, **op. cit.**, p. 99).

Na época, não era necessário explicar ao que Floriano se referia. Agora, é quase obrigatório explicitar algo em que já tocamos: o sistema eleitoral do Império.

Continua no site